



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA- PLANO DIRETOR

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/05/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública ao PL 688/2013, que aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo conforme texto do substitutivo aprovado em primeira discussão.

Agradeço a presenças dos Srs. Vereadores Police Neto, Nabil Bonduki, e do Secretário Fernando Melo.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade diariamente desde o dia 16/05/14, na *Folha de S.Paulo* no dia 19/05/14, e no jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 20/05/14.

Esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, *links* TV Câmara, Auditórios On-Line.

Inicialmente, passarei a palavra ao Relator Nabil Bonduki, e, depois, deixaremos as inscrições abertas, na mesa aqui à esquerda Falarão os Vereadores da Comissão, e, depois, aqueles que desejarem se manifestar.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos. Queria cumprimentar os Vereadores Paulo Frange e Police Neto, que têm sido companheiros permanentes em nossas discussões, debates, audiências públicas do Plano Diretor; o Secretário Mello Franco, que também tem acompanhado o nosso trabalho, tem estado presente em muitas audiências públicas, e, quando não é possível, envia outros representantes da Secretaria, que tem dado um grande apoio ao trabalho desenvolvido nesses oito meses aqui na Câmara; e demais presentes.

Esta é a primeira audiência pública após a aprovação do projeto 688 em primeira votação no plenário. Portanto, estamos numa nova etapa.

O texto, que é referência para todos os debates a partir da sua aprovação em primeira, não poderia deixar de ser o texto aprovado, que é esse texto que também está publicado. É idêntico ao texto que está no site, ao texto que foi publicado. Existiram algumas confusões, porque no dia 30 foram publicados outros dois substitutivos apresentados durante a discussão do projeto em primeira votação. Algumas pessoas e entidades não perceberam que

havia três projetos – na verdade, um que havia sido publicado anteriormente, que era este, o aprovado em primeira votação, e, depois outros dois, aprovados no dia da aprovação –, e isso gerou algum tipo de estranhamento. Quero ressaltar e reforçar que o projeto aprovado, o projeto que está em debate, é o texto que está publicado, que os senhores estão recebendo aqui na entrada. É muito importante que isso seja destacado para que não haja nenhum tipo de confusão ou equívoco sobre qual texto está sob análise.

Também quero ressaltar que nós, preventivamente, solicitamos que todos os Vereadores encaminhassem, até a sexta-feira passada, propostas de emendas. Quero esclarecer que elas não são ainda exatamente emendas do ponto de vista regimental, porque as emendas regimentais só podem ser protocoladas quando o projeto entrar em pauta para discussão, de modo que podem ser protocoladas até o momento do fechamento deste plenário. O que fizemos foi exatamente foi receber antecipadamente essas emendas, para que elas possam ser analisadas, e, eventualmente – essa é a nossa disposição –, aquelas que puderem ser acatadas, configurarem um substitutivo, que também só poderá ser protocolado, tornando-se, portanto, um substitutivo oficial, no período do debate do projeto em plenário. Mas há um compromisso de nossa parte de que o projeto, antes de sua aprovação, seja publicado, de modo a ser dada publicidade para o texto final. Nesse período, recebemos por volta de 400 propostas de emendas, as quais já indicam alguns pontos polêmicos no Plano Diretor. Claro que existem questões mais fáceis de serem tratadas, porque são aperfeiçoamento de textos, algumas questões desse tipo, e essas emendas serão publicadas também. Mas quero pautar algumas questões que aparecem em muitas emendas.

Existem muitas (Ininteligível) sobre o art. 13, que determina as diretrizes para a macrozona de urbanização consolidada, onde está estabelecida a manutenção da ZER. Então esse artigo tem várias emendas, de vários vereadores, com textos diferentes, desde os que querem reforçar esse conceito de manutenção da ZER e da sua situação atual até texto que propõe alternativas que possam ser estudadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo. É claro que

está mais do que consolidado de que será não será mudada nenhuma situação de zoneamento no Plano Diretor relativamente a esse assunto. As ZERs estão mantidas em suas características, inclusive naquilo que muda no projeto. Os eixos de estruturação que alteram os índices preservam integralmente as ZERs, e isso não está nem sequer em discussão. É algo que vem do projeto original, está no substitutivo e está consolidado. A questão diz respeito apenas às diretrizes que deverão ser seguidas na Lei de Zoneamento.

Outro aspecto para o qual também temos várias emendas, como todos sabem, já que tem sido divulgado pela imprensa, é o fato de o substitutivo ter reduzido significativamente as áreas de influência dos eixos por algumas decisões, alguns critérios – entre eles, quarteirões muito extensos que superavam 600, no caso das estações, ou superavam 300, no caso dos corredores de ônibus; no caso das estações de metrô, é para fixar o entorno das estações, e não necessariamente o entorno da linha, porque a linha não dá acesso, o que dá acesso ao transporte coletivo é o corredor; e, principalmente, e que gerou um impacto maior do ponto de vista territorial, foi a exclusão de todas as áreas onde estão previstos os planos urbanísticos específicos, que, como já foi explicitado, conformam uma parte significativa da macrozona de estruturação metropolitana. Como já foi explicado, essas áreas são sensíveis, são reservas importantes para a cidade, são áreas muito bem localizadas, e que precisam de projetos urbanos para serem transformadas, inclusive com condições diferenciadas de outorga, fundo específico, plano de obras específico. Então esses eixos foram retirados, porque significariam praticamente a inviabilidade de se realizar aquilo que se planeja para essas regiões. Além disso, existem algumas emendas que buscam dar algum tipo de tratamento para essa questão. Fundamentalmente, o que aparece em algumas emendas, propostas, é a questão de se dar um prazo para que esses planos sejam realizados. Quer dizer, há uma preocupação de que esses planos sejam feitos, ou demorem dez anos, como aconteceu no Plano Diretor anterior, e aí, então, essas áreas ficariam congeladas ou com zoneamento inadequado. Então existem emendas nesse sentido que também estão sendo observadas,

terão ser debatidas e os prazos deverão ser acordados.

Uma terceira coisa que aparece em várias emendas é a busca por diferentes maneiras de se ampliar a quantidade de ZEIS em áreas mais bem localizadas, principalmente nos eixos, e em bairros mais bem localizados da cidade. São emendas que aparecem tanto em formas genéricas – do tipo: incluem-se ZEIS no bairro da Santa Ifigênia, ou do Brás –, pois não indicam áreas, ou indicam algumas áreas, e existem também proposta de se estabelecer uma porcentagem de ZEIS nos eixos. E essas propostas poderiam ser diretrizes para uma futura definição, mas, colocadas dessa maneira, não geram efeitos imediatos, porque as ZEIS precisam ser delimitadas para valerem – enquanto não estão delimitadas no mapa não valem. Então poderia ser uma diretriz futura. Assim como poderia, e espera-se que consigamos, porque há uma expectativa grande de vários segmentos da sociedade, inclusive de vários Vereadores, de se ampliar a quantidade de ZEIS bem localizadas, desde que elas realmente possam ser coerentes com as características da região. Então essa é outra questão que aparecem com bastante frequência.

Existem emendas relativas ao aeroporto que vão em diferentes sentidos: retirar o plano aeroviário do Plano Diretor; reformular aquela seção; propostas que avançam no sentido de já indicar a possibilidade de implantação do aeroporto em área de proteção ambiental; e proposta para o caso específico da área prevista para o aeroporto da região de Parelheiros, que indicam a implantação de um parque, o chamado Parque do Paiol. Então existem emendas em diferentes tipos de situações.

Existem também algumas propostas que tratam da outorga onerosa, algo que, inclusive, foi objeto de uma emenda do Vereador Police Neto, apresentada em plenário; e existem outras, além desta, que buscam estabelecer critérios para a definição dessa tabela de valores para a outorga onerosa, que é uma questão que tem sido debatida pela imprensa, na medida em que a tabela se transformou, ao ser criada – aquilo que anteriormente era valor venal, cujos valores em São Paulo estão bastante defasados – em uma tabela específica, que

guarda uma relação com o valor de mercado, ainda que seja inferior. Então o critério para se fazer essa tabela, para a sua aprovação. Existem critérios, inclusive, pelos quais ela deveria ser anualmente aprovada aqui nesta Casa, o que significaria um processo legislativo próprio. Talvez o Vereador Police possa depois falar sobre isso. De qualquer maneira, é um assunto que certamente precisará ser tratado até o processo de aprovação.

Existem ainda algumas propostas relacionadas com todo o capítulo que trata dos instrumentos – aliás, a seção que trata da reestruturação urbanística, sejam operações urbanas, AIUs, concessão, etc. –, e uma delas é a sua supressão total, o que, do meu ponto de vista, está totalmente fora de cogitação, porque evidentemente precisamos ter instrumentos para a reestruturação da cidade. O que, eventualmente, pode vir a ser tratado é uma melhor regulamentação desse tema, para que sejam dadas garantias à população, como o de que seja feito por processo democrático, com tramitação, etc. Mas também há também propostas de supressão de algumas garantias que existem. Por exemplo, existe proposta de supressão da autorização legislativa para se implantar AIUs, o que retiraria uma forma de controle que existe hoje, que é a própria aprovação pela Câmara como uma questão específica.

Existem muitas emendas de texto, que poderão ou não ser integradas.

Na área dos instrumentos de cultura, temos também várias emendas que vão mais no sentido de aperfeiçoar as ZEPECs e as APCs – áreas de proteção cultural –, e também no sentido de aperfeiçoar e ampliar o conceito de territórios culturais, inclusive prevendo a indicação de outras áreas, além das áreas previstas no Centro, Paulista e Luz, que no projeto original não estão em absoluto impossibilitadas, mas ficariam definidas para os planos regionais.

Vou parar por aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nobre Vereador Nabil, há uma emenda que o nosso gabinete apresentou, e eu gostaria que V.Exa. comentasse. A nossa preocupação é com um capítulo específico para tratar do subsolo, das informações que deveríamos ter. Creio

que esse seria um momento muito interessante de ordenarmos o uso do solo, já que temos outra cidade debaixo do nosso solo. Então todo o processo georreferenciado, todas as informações das concessionárias, para que pudéssemos ter um banco de informações, e não ficássemos cruzando com os acidentes eventuais que podem acontecer. Eu gostaria de saber a sua opinião a esse respeito.

O SR. NABIL BONDUKI – Foi bom V.Exa. fazer referência a esse tema.

Estamos ainda sistematizando, porque são 400 emendas que chegaram até sexta-feira, então, obviamente, ainda não tivemos tempo para fazer análise e a sistematização de todas. Esse trabalho está sendo feito e acredito que até o final desta semana, começo da semana que vem, devemos publicar, porque isso vai dar mais publicidade, transparência e possibilidade de reflexão.

Em relação a esse assunto, há uma intenção minha, embora, claro, isso precise ser debatido com a Comissão, com os outros Vereadores, com a própria Secretaria. Tiveram algumas emendas sobre questões relacionadas em infraestrutura, e o projeto não tem uma seção de infraestrutura. Tem saneamento, mas saneamento é uma parte da infraestrutura. Existem outras, como energia, telefonia, fibra ótica, gás. Então talvez a melhor maneira de acolher essas propostas seria criando-se uma seção específica sobre infraestrutura, onde seriam colocadas as várias propostas relativas a isso com uma certa organização. Também tem algumas questões relativas à equipamentos – de saúde, educação, esporte, cultura, etc. – que talvez gerem modificações significativas no capítulo de equipamento. Como são várias propostas sobre os mesmos temas, eu estou falando os temas que, de certa forma, vão ter de ser objetos de aperfeiçoamentos, mas que estão agora muito mais localizados.

Existem também propostas em relação a transferências, um assunto que temos discutido. O projeto acabou criando condições melhores para a transferência, mas as ZEPEC/BIR, que já eram reguladas anteriormente, acabaram ficando numa situação que, pela análise feita e apresentada nas audiências públicas, não ficou em condições de igualdade com

as outras possibilidades de transferência. Então será preciso fazer também um ajuste em relação a isso.

Também recebemos uma importante contribuição do Executivo, com propostas de ajuste do texto. Agradeço o Secretário, porque é um trabalho também bastante detalhado que vai contribuir bastante. E temos também, já publicadas, as contribuições das audiências públicas realizadas no período anterior – entre o dia 5 e o dia 16 – que terão ser observadas na finalização do projeto.

Bom, encerro por aqui. Ao longo da audiência pública, podemos, eventualmente, trazer algumas outras questões relativas às emendas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, Vereador Nabil. Obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Relator, Secretários e demais pessoas que nos acompanham, vou tentar ser bastante sintético.

Vou separar em três breves abordagens: os procedimentos que adotaremos a partir de agora; conceitos, princípios e premissas que observamos no plano e que devem conduzir os nossos trabalhos; e, para finalizar, questão de concretude e textos formais.

Na realidade, se conseguirmos ter algum método de procedimento para o que vamos fazer, da primeira audiência de hoje até a aprovação do Plano, poderemos receberemos mais contribuições da sociedade, já que ela vai enxergar as contribuições feitas e incorporadas. Para isso, creio que falta, na primeira fase, explicitar, do texto novo, da onde vieram as contribuições. Talvez seja um princípio basilar para a sociedade continuar se oferecendo ao debate, e não reduzir a sua participação. Para isso, enxergar onde importou a oferta feita pela sociedade. E até agora, embora tenhamos o texto muito bem apresentado, não se sabe da onde vieram as alterações. Explicitar [a origem das contribuições] – por exemplo, o Vereador Police fez as contribuições de tais itens da zona Norte, o que produziram tais respostas; o Vereador Y fez tais; bem como a sociedade, naquilo que participou – dá muita

força à sociedade, já que ela pode se enxergar como protagonista de mudanças. Senão, nós nos fechamos num feudo tecnocrata, ou daqueles que sentam à outra mesa, que não essa, e definem o plano que a cidade vai ter. Então é fundamental mostrar para a sociedade, do texto já publicado, da onde vieram as alterações. Portanto, como conseguimos convencer o nosso Relator de que por aqui ou por aqui era mais importante. Essa era a questão dos procedimentos. Então mostrar para a sociedade o motivo pelo qual algo não foi incorporado. Nisso o Relator tem tido muita paciência e muita tolerância em mostrar que não é tudo que é oferecido ao Parlamento que pode ser acatado, e, portanto, tem um volume de emendas que não podem ser aproveitadas nesse momento, muitas vezes, porque o texto não comporta tais alterações. Mas explicitar a origem das alterações incorporadas é absolutamente fundamental para que mostremos à sociedade a importância que ela teve na participação.

A segunda questão diz respeito ao que mudamos e que recado estamos dando para a sociedade. Ontem eu conversava um pouco com o Relator sobre algumas breves reflexões.

Uma dessas reflexões eu quero deixar muito clara: é absolutamente importante termos áreas com zoneamento especial de interesse social. Mas, quando observamos o conflito para chegarmos aos 171 milhões de m² de ZEIS, vamos observar que 47,82% eram áreas de ZEPAM originariamente. Então o maior crescimento nas zonas especiais de interesse social foram nas áreas protegidas pela atual lei. Reafirmamos, portanto, a lógica que o mercado impôs, de não aceitar zoneamento especial de interesse social em áreas dotadas de infraestrutura, e estamos literalmente, para os próximos 16 anos, indicando que a ocupação popular de interesse da cidade, para que ela seja viável, continuará sendo a mesma de quando não se tinha orientação. É mais do mesmo. Temos que ser muito prudentes na crítica da nossa incapacidade de revelar espaços mais adequados para zoneamento especial de interesse social. Aí não é nem crítica ao Governo, que trabalha para nos oferecer oportunidades, mas crítica a todos. Não encontramos ainda a solução para esse tema. A prova disso é que as

dezenas de ocupações que aconteceram na cidade ou aconteceram na borda de zoneamento controlado ambientalmente ou dentro de zoneamento controlado ambientalmente. Estamos errando nisso. E se forçarmos esse erro, talvez a cidade não se corrija nos próximos 16 anos. Esse é um tema em que o nosso debate vai ser muito importante. Não é mudar o zoneamento para cada um dos movimentos sociais que se movimentam na cidade porque encontramos uma faixa de terra passível de construção de unidade, parecendo que a sociedade tem mais informação que aqueles que estudam a cidade diariamente. Então essa é uma das questões que eu acho importante: juntar o saber popular, fundamental, com o sabor técnico e científico para, de fato, o resultante disso ser a cidade mais próxima daquilo que sonhamos e queremos. Por isso, abordo esse tema nessa questão de princípios, conceitos e premissas.

Há outra questão que me parece fundamental não abandonarmos.

No dia 8/6/10, o jornalista Tiago Dantas, no *Estadão*, fez uma longa entrevista com o atual Secretário de Governo, o Sr. Chico Macena. Naquele momento, o Secretário se opunha à qualquer no Plano que não levasse como ponto basilar do início desse debate... Ele fala assim: “Impossível avançar sem o cálculo de suporte de carregamento do sistema de transporte coletivo”. Dizia na ocasião em que se discutia o processo revisional do Plano. Não podemos dar nenhum passo se não tivermos algo que aponte o suporte de infraestrutura para a cidade. Foi muito importante a abordagem inicial do nosso Relator, quando fala que conseguimos escrever um capítulo do saneamento, e que não temos dos outros. Eu nem digo “os capítulos de infraestrutura”, mas, sim, do cálculo que vai notabilizar o aproveitamento e o uso do solo urbano. Na realidade, esse foi o tema principal do impedimento do avanço em 2009 e 2010 da alteração do Plano. Nesse momento, já nem escrevemos mais o cálculo na lei – o cálculo que estava na lei deixa de estar. Essa é uma questão de princípio, de conceito. Fizemos um grande avanço, e aí parabenizo o Secretário, e, por isso, o Prefeito, que foi conseguir estabilizar a cidade no coeficiente básico único igual a 1. Isso é absolutamente importante. Mas, por outro lado, o que está acima de 1 é avaliação empírica, não está fundada

em nenhum cálculo técnico e científico. É lógico que há muitas premissas que nos orientam a isso, e acabaram por orientar a feitura do Plano, e que vai orientar a feitura da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Mas se aqui estamos tratando das diretrizes, não ter diretriz nenhuma para o aproveitamento mais intenso do solo... até para questionar a nossa timidez ao tratar o coeficiente máximo da cidade igual a 4. Até para questionar isso, precisaríamos de um cálculo para dizer o seguinte: “Tem regiões da cidade dotadas de infraestrutura tão intensa que coeficiente 4 de aproveitamento é fazer com que a cidade seja mais cara e mais pobre, pelo investimento que é feito em regiões da cidade e que você não pode explorar para a Cidade o investimento ali feito. Então, quero insistir na tese de debatermos um pouquinho, do ponto de vista conceitual, a questão do cálculo, por mais difícil, por menos ou mais importante. Parece-me fundamental para esta cidade compacta que se deseja, para que não se tenha o espraiamento nas áreas de manancial e para que se deixe orientações claras para o Plano que virá, que é o Plano de Uso e Ocupação do Solo, das 32 Subprefeituras, a questão do cálculo volta com uma importância fundamental.

Portanto, ele pode ser uma orientação muito positiva, inclusive para modular parte daquilo que quero agradecer pessoalmente a vinda dos técnicos da Secretaria de Finanças em uma audiência que fizemos, como a presença dos quatro profissionais e, aqui reputo, da maior qualidade e do desprendimento de virem nos contar cada detalhe que vêm trabalhando na Secretaria de Finanças, mas para o cálculo da outorga.

O cálculo da outorga também tem que ter premissas daquilo que foi o investimento público realizado para cada uma dessas regiões, senão, também não faz muito sentido não se ter anunciado o que já foi investido ou o que está previsto investimento.

Para fechar, a questão de concretude de textos. Como trabalhamos esses conceitos que, muitas vezes vamos falando, e transformamos em textos que, de fato, consigam alcançar a ideia concebida. Muitas vezes, a ideia é muito forte, o conceito está muito bem concentrado, está muito bem apresentado, mas o texto não nos leva àquilo que estamos falando.

Talvez, essa seja a parte mais complexa, de maior responsabilidade, porque, muitas, olhamos o gato e perdemos o peixe. Muitas vezes, cuidamos do peixe e o gato fica

com o vizinho.

Então, essa questão dos textos conseguirem traduzir as nossas ideias e os nossos conceitos é absolutamente fundamental para que se fechem esses procedimentos.

Então, finalizo dizendo e um tema específico que é muito importante e que no Plano aparece de maneira transitória, que é o aprofundamento, a consolidação definitiva da cidade de São Paulo como cidade mista.

Por que falo isso? Porque o texto anuncia que até a revisão da Lei ou da nova Lei de Uso e Ocupação, nas zonas mistas as vias locais poderão recepcionar aquilo que é atividade não residencial das coletoras.

Então, aqui, estamos indo no limite de uma cidade mista, porque se tudo que estava projetado para as coletoras, na Lei, passar a ser atividade econômica das locais, da mista, é que a Cidade vai encontrar um volume novo de conflitos, mas está aceitando encontrar esse volume novo de conflitos.

Acho importante debatermos um pouco esse bom enfrentamento. Não vou esconder: sou absolutamente favorável a ampliar a liberdade da relação econômica com a moradia, mas teremos que ter controle mais rígido para isso.

E vou finalizar dizendo algo que me parece óbvio: se temos uma premissa de Cidade absolutamente mista, em que a relação econômica e a atividade econômica da Cidade têm que conviver harmonicamente com as residências, não me parece prudente que nas vias coletoras lindeiras às ZERs, continuemos com a atividade de via local. (Aplausos)

Aí, é uma questão exclusivamente de princípio. Se na local pode a coletora, então estou dando um passo, na lindeira ZER, que é coletora não poder nem o que é coletora e continuar estabelecendo premissas de local, na minha opinião é o conceito manco: serve para os outros, mas não serve para esse.

Por isso, fiz questão de apresentar três linhas de raciocínio para o nosso trabalho: uma dos procedimentos; outra, dos conceitos, princípios e premissas e outra da concretude e dos textos formais, porque acho que, por esse sentido, podemos prestar uma contribuição à sociedade, que já nos prestou uma contribuição gigantesca, que nos trouxe até aqui.

Então, quero agradecer muito o nosso Relator, que tem sido tolerante. Quero pedir desculpas ao nosso Presidente Paulo Frange, pelos excessos na última votação no plenário, porque fizemos questão de apresentar durante todo o debate as emendas que apresentaríamos. A primeira emenda que apresentei tem quase oito meses do dia de hoje e fiz

questão de levá-las até o fim na aprovação da primeira fase do plenário.

Se algum excesso cometi, por defender as ideias que a nós são trazidas e encampadas pelo mandato, é porque fomos eleitos para isso. Se não fizemos isso, não valeu o voto que recebemos.

Então, quero pedir desculpas se, às vezes, me excedo na forma com que defendo as ideias que acredito, mas se assim não o for não valeu a passagem por aqui. Por isso, vou continuar lutando para que aquelas emendas apresentadas nesse plenário, as onze emendas e as sete, que construíram o entendimento com o Governo para a aprovação, estejam no texto final sempre de forma explícita, com transparência, sabendo a origem e o destino de cada uma das letras que coloquei.

Então, por isso que fiz questão de solicitar a publicação do voto em separado que ofereci, que tinha, nada mais nada menos, que as onze emendas que apresentei no plenário, para deixar muito claro para todos o que estamos fazendo e a origem do que fazemos.

Muito obrigado, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, nobre Vereador José Police Neto. Com certeza, é uma contribuição grande, que dará oportunidade, agora, de um conhecimento muito mais amplo da Casa sobre esse debate, esse assunto.

O trabalho de V.Exa. é precioso.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário, farei apenas um comentário daquilo que nos preocupou e que encaminhamos à relatoria: uma discussão que envolve Zepam.

Temos a Cidade com umas marcas no mapa e detectamos algumas dessas áreas. Elas, na verdade, não preenchem nenhum conceito de Zepam, do ponto de vista técnico, conceitual mesmo. São algumas áreas que temos, na cidade de São Paulo, e que há mais de quatro, cinco décadas são áreas de reflorestamento aqui ou em algum outro ponto, ou área de atividade econômica rural, ou área extrativista.

Acho que precisaríamos definir melhor esse conceito, deixar mais claro nessas áreas, principalmente essas que são áreas de reflorestamento, e que foram utilizadas assim porque eram longe da cidade. Hoje, elas estão bem dentro da cidade. Quem tem uma área dessas hoje fica sem a possibilidade de qualquer outro tipo de atividade, até porque tem essas áreas frequentemente invadidas, com roubo de madeira. Passamos a ter outros problemas. As décadas foram se sucedendo e os problemas foram mudando. A Cidade também mudou.

Esse capítulo da infraestrutura do subsolo é um capítulo que gostaria muito de vê-lo

contemplado, Vereador Nabil, porque realmente é o momento, talvez, interessante para que possamos aprofundar um pouquinho mais e que nos daria outra oportunidade de visão desse subsolo.

A situação das datas para que as operações urbanas viessem para Casa. Desenhamos as operações urbanas e elas não andam. Lembro-me muito bem da Rio Verde/Jacu, quando foi apresentada nesta Casa parecia ser a salvação da zona Leste. Não saiu de um desenho no mapa. A cada vez que vamos à zona Leste, temos que ficar nos desculpendo porque aquele desenho não ia se transformar em nada.

Então, essas operações que hoje estão mais claras, por exemplo a Mooca/Carioca, que já é uma grande expectativa da Cidade, a evolução da Cidade nesse espaço, já é uma expectativa da região e já é uma expectativa dos Vereadores desta Casa de ver aprovada mais uma operação, eventualmente até nos moldes ou parecida com a Operação Urbana Água Branca, que foi uma revisão.

Nesse caso, é uma operação nova e, ali, tem características absolutamente diferentes, até pela interligação de São Paulo com os municípios que ela acaba por tocar no fim da operação, na região do ABC. Essa é uma situação interessante, de podermos ter contemplado datas para isso.

Uma discussão que trouxemos para o Plano Diretor e que nos incomoda: a cidade de São Paulo tem extensas e gigantes áreas extremamente mal administradas. Acho que nada é mais mal administrado, no Município de São Paulo, do que o Serviço Funerário. Com certeza, aqui não tem ninguém satisfeito com o Serviço Funerário. Os cemitérios estão em completo abandono, muros caídos. Não temos como recepcionar a última morada de ninguém, na cidade de São Paulo, com qualidade. E a sala de visitas, que é o velório, é uma lástima. Quando vamos, até nos envergonhamos. É uma pena. É um serviço extraordinariamente importante para o Município e foi contemplado no primeiro texto.

O nobre Vereador Nabil deixou um texto muito bem claro acerca da possibilidade de termos, em cada uma das regiões, um cemitério vertical com crematório, e até a possibilidade de fazer em parceria público-privada, tirando parte daquilo que é sepultado hoje, transformando esses cemitérios em cemitérios-parques.

Encaminhamos, Vereador Nabil, para que possamos também abrir essa oportunidade para a atividade privada. Se alguns cemitérios privados, da Cidade, tiverem o interesse de fazerem a mesma coisa, que bom! Teremos mais área verde e deixaremos de

construir cemitérios na cidade de São Paulo, ocupando extensas áreas e, muitas vezes, criando problema no entorno. Essa é uma situação.

Colocamos uma outra situação, que é exatamente um anseio de uma sociedade que, hoje, não mais vive sem o companheiro em casa, que é o animal doméstico. Para que tenhamos um cemitério público e para que também permitamos o cemitério privado com crematório para cães. Ninguém aqui sabe o destino que se dá, das clínicas veterinárias, aos animais que morrem nas clínicas veterinárias, com câncer e com outras doenças próprias da idade.

Os cães têm uma vida curta, de 12 a 15, 16 anos, e esse número não é pequeno, é grande. Eles são sepultados por aí, em grande parte na praça, no fundo do quintal. E conhecemos o lençol freático de São Paulo - em alguns lugares, ele não passa de 50 centímetros. Temos muitas áreas de várzeas, onde o cemitério dessas famílias está exatamente sobre esses lençóis. Temos lugares em que os lençóis são profundos, mas já poderíamos tratar isso, até porque grande parte de outros municípios tem tratado isso com uma qualidade muito interessante, não só uma questão de relação da pessoa com o animal, que cresce a cada dia. Cada dia mais as pessoas ficam sozinhas e, na verdade, quem passa a ser o bom companheiro é o cãozinho, ou o gato, ou algum outro animal de estimação. A cada dia que passa, pinta alguma coisa mais exótica, mas mais próxima do homem, do que propriamente os homens de si mesmos.

Portanto, temos que dedicar esse espaço. Não é um espaço grande, mas temos que sinalizar de que São Paulo pode, sim, ter cemitério público, com crematório público, para esses animais e, de repente, até criar com a Secretaria pertinente o destino das clínicas veterinárias onde morrem esses animais, para que ele seja sabido de todos nós. Nós não sabemos. Será que todos os veterinários têm o mesmo cuidado com a clínica do que as clínicas que frequentamos de qualidade? Não, não tem. Sabemos que tem de tudo. Muitos devem lembrar que, há muito pouco tempo, havia placenta, de clínica de aborto de Osasco, boiando no Rio Tietê! Da mesma forma, acontece com clínicas veterinárias. Tumores que são tirados, material desse tipo, precisamos tratar essa situação como questão de saúde pública.

Portanto, são situações que parecem pequenas pelo Plano Diretor, mas é a hora. Chegou a hora de organizarmos São Paulo em todos os sentidos.

Estamos tendo uma participação extraordinariamente importante pela *internet*, por todos os canais que a Secretaria, a relatoria e a Câmara abriram para falar com a sociedade.

Temos 55 Srs. Vereadores com os seus assessores trazendo informações. É hora de corrigirmos essas situações como um todo.

Com relação à outorga onerosa, tenho uma preocupação realmente grande com esse assunto. Quero acompanhar. Acho que a proposta que partiu do Vereador José Police Neto é uma proposta extremamente interessante. Temos que aprofundar um pouco mais. Temos que fazer a Câmara entender isso e temos que a fazer a sociedade também entender se a outorga onerosa de São Paulo ficará nesses níveis ou um pouco menor.

O que parece é que quando somamos o valor da outorga onerosa com o valor do terreno, a conta não fecha e o apartamento não tem como ser vendido. Aí, não estamos trabalhando com a indústria da construção civil, não. Estamos atrapalhando a mais importante atividade econômica de São Paulo.

São Paulo não tem outra atividade econômica tão importante, na geração de emprego e renda, que a construção civil. Nós aqui, na cidade de São Paulo, não construímos carros. Os carros são feitos fora de São Paulo. Aliás, as grandes empresas já foram embora para bem longe.

Enfim, perdemos até por causa desses erros que eu falei, agora há pouco, do subsolo. Plantamos, no Plano Diretor anterior, muitas zonas industriais e para lá não levamos nada: não levamos carga de energia, não levamos fibra ótica, não levamos sequer avenida.

Têm várias ZPIs, em regiões da zona Leste, principalmente em Itaquera e no entorno, com grandes empresas e nas ruas, dessas empresas, mal cabe o caminhão da transportadora que leva esse material para o Porto de Santos. Ela é um sistema de via local, nunca foi asfaltada e, para asfaltar, asfaltaram justamente com aquele asfalto fininho, que era o asfalto dos veículos de passeio.

Quem aqui tiver dúvida sobre esse assunto, é só passear um pouco nessas regiões.

Tem um grande avanço do Plano, que é o Parque Tecnológico do Jaguaré. Gostaria, depois, que o Sr. Secretário, em sua fala, até falasse a respeito. Essa é uma área extremamente interessante, colada na USP, dentro do Jaguaré, no limite da Avenida Politécnica, e que pode trazer um grande desenvolvimento. São Paulo pode acompanhar os grandes nomes das cidades que se tornaram referência pelo desenvolvimento tecnológico que se propuseram, com um espaço desses.

Já temos um polo de desenvolvimento econômico na Leste, mas essa área do

Jaguapé é muito preciosa. Gostaríamos, também, de saber quando e como vamos começar tudo isso. Ou seja, no projeto e na proposta, ela é extremamente interessante, mas precisaríamos também de marcar um limite de tempo para que possamos apresentar e ver funcionando, senão como um todo, mas, pelo menos, todo esse traçado aprovado e definido pela Casa.

Não ficou aqui nenhum capítulo que possa tratar da figura do Ceagesp. Temos até medo de discutir Ceagesp, tão grande é a área, tão importante ela é para a cidade de São Paulo, para o Estado de São Paulo, para a América.

Um entreposto desse porte, um espaço desse porte, tem que ser tratado, talvez, em um outro momento e em um capítulo muito aprofundado, porque envolve a situação com o Estado, com o Governo Federal, envolve as ferrovias, as rodovias.

Lamentavelmente, o Brasil fez uma opção por transporte sobre rodas. Já deveríamos estar hoje com muito menos rodas transportando.

Só para todos terem uma ideia, e para encerrar a minha fala, uma caixa de berinjela, de 22 quilos, que sai a 350 km daqui, chega no Ceasa, comprada lá a cinco reais, chega aqui a 7 reais. Quarenta por cento do valor da berinjela que comemos é frete para chegar no Ceasa. Não estou nem falando do Ceasa para a feira e da feira para a sua casa.

Então, cometemos alguns erros. Talvez, seja um bom momento, ao longo do tempo, e da ocupação desse espaço, mas a região do Ceagesp precisaria de um olhar mais aprofundado, com mais detalhe, para que pudéssemos ter, ao longo do rio, uma ocupação mais ordenada e mais qualificada.

Essa era a nossa fala, daquilo que vimos. Pela Comissão de Política Urbana, graças a Deus, nesses últimos anos, tivemos a oportunidade de caminhar de forma tranquila, cortês e convergindo para a grande maioria dos temas, tirando as nossas diferenças, devagar, sem quebrar o mérito das questões, mas afinando essa sintonia para que a Cidade possa ter um texto de lei claro e preciso. Um texto de lei que não seja compreensível não vai resolver e é isso que tem sido feito a cada vez que movimentamos, que publicamos algo pela Comissão.

Passarei a palavra ao Sr. Secretário Fernando de Mello Franco.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Bom dia a todos.

Muitas questões muito importantes já foram levantadas. Queria apenas, até para comentá-las, precisaria de um tempo longuíssimo. Então, queria apenas me ater a um ou outro ponto que me parece crucial.

Em primeiro lugar, acho que o nível do debate travado em torno do futuro da Cidade já se encontra em um ponto de maturidade muito alto. Ou seja, acredito que cada cidadão, cada setor da sociedade, neste momento, já tem uma posição, já sabe o que quer defender, tem uma ideia configurada, conformada. O que não há, justamente, é um consenso, porque algumas dessas ideias, evidentemente, entram em conflito com pessoas, atores, segmentos que pensam de forma diferente. Isso é absolutamente normal em uma cidade da magnitude de São Paulo.

Mas, então, as questões estão aí, os conflitos também estão presentes e acho que estão claros esses conflitos. Nesse sentido, acho que devemos encaminhar, nessa reta final, exatamente para, de um lado, sem dúvida alguma, aprimorar questões formais, aprimorar a clareza do texto, mas, ao mesmo tempo, pactuarmos esses conflitos.

Parece-me que há uma questão conceitual que permeia tudo, que não sei exatamente se ela está tão clara e é por isso que queria ater minha fala nela, que é a questão do que entendemos entre compactação e adensamento.

São Paulo, na verdade, tem uma taxa de crescimento populacional decrescente. Estima-se que até 2020, portanto, nos próximos seis anos, a população, segundo dados do Seade, não crescerá mais do que 3,5 ou 3,6%. Até 2030, portanto, daqui a 16 anos, a população não crescerá mais do que 7,0%.

Portanto, para uma Cidade que já cresceu 7% por ano, crescer 7% em 17 anos não é uma temeridade. É um ritmo de crescimento bastante absorvível.

Entretanto, o déficit habitacional já é hoje muito maior do que esse crescimento. Então, não estamos falando, no Plano, de fabricar uma população nova, de atrair novas levas migratórias, ou de ter uma explosão demográfica na Cidade. O que se trata é de pensarmos a Cidade fundamentalmente para esse pequeno crescimento que tenderá a, inclusive, se estabilizar em algum momento próximo, mas, sobretudo, pensarmos a transformação da Cidade, a qualificação da Cidade, para acolher aqueles que já vivem nesta cidade.

Então, quando falamos, por exemplo, em capacidade-suporte, etc, têm questões que precisam ser, de fato, precisadas, porque as pessoas que hoje circulam na Cidade – melhor dizendo, as pessoas que usam os sistemas de transporte coletivo, não necessariamente são as pessoas que vivem em proximidade do transporte coletivo.

Vamos pegar um bairro de ZER, por exemplo, Jardim Paulistano, que está do lado do corredor da Rebouças. É muito pequena a população que usa esse sistema. Entretanto,

30% da população de Taboão da Serra passa pelo eixo da Rebouças, seja na Linha 4, seja pelos ônibus.

Então, os fluxos da Cidade, o uso do transporte não está diretamente relacionado a quem mora.

O que queremos, na verdade e que parece bastante sensato, é reequilibrar essa população já existente, não fabricar uma nova população. E ao reequilibrar, na verdade, estaremos fazendo a mesma população usar a infraestrutura já existente de uma outra forma e, sobretudo prever as áreas de crescimento, sim. E crescimento para quê? Justamente para recepcionar da conta desse gigantesco déficit da Cidade, dessa vez totalmente vinculada à oferta de novas infraestruturas, sobretudo de transporte. Isso parece muito claro e muito sensato.

Portanto, o que estamos aqui é oferecendo justamente uma alternativa ao espraiamento, uma alternativa à transformação, ao crescimento espontâneo e indesejável da Cidade, que é a única forma que vemos, justamente para poder, por exemplo, preservar as nossas áreas ambientais remanescentes.

Então, do ponto de vista de uma lógica, parece que está claro e é preciso termos consciência, então, que não estamos carregando com uma nova população a infraestrutura existente e que, entretanto, a questão é reequilibrar a relação do uso da Cidade entre população – onde mora e qual a infraestrutura que a recebe.

Mas o principal drama hoje, por exemplo, sequer é transporte: é água. E a questão da água extrapola os limites municipais, metropolitanos. O crescimento de Piracicaba está condicionado à quantidade de água que São Paulo importa da Bacia do Piracicaba. É muito mais complexo.

A bem da verdade, precisaríamos, para restabelecer uma relação sustentável de abastecimento de água e população de toda essa região e não apenas o Município, precisaríamos convidar muitos a se retirarem porque não haverá água para todos.

Mas, aí, há uma questão que temos que nos dar conta, que é a nossa realidade. Não estamos trabalhando com a Cidade planejada, ideal. Estamos trabalhando com a Cidade real, e São Paulo, ao mesmo tempo, é um ímã e uma bomba. É um ímã porque atrai muita dinâmica por sua própria constituição. E por atrair tudo isso, ela se torna também uma bomba. É difícil esse equilíbrio! Não há uma conta que consiga estabelecer o que, de fato, a vazão de água permite, do ponto de vista do adensamento e dos usos da Cidade, versus todo um desejo

de uma população gigantesca, que não é apenas municipal, que depende das dinâmicas que São Paulo oferece para conseguir as suas formas de vida.

Então, fundamentalmente aqui não se trata de uma questão empírica. Trata-se de uma questão que é um conceito, uma diretriz, de fato, calcada naquilo que a concretude nos permite fazer e que, portanto, tem, sim, as suas limitações.

Mas, fiquem tranquilos. O Plano não fabricará população e a população que usará os espaços da Cidade continuará sendo essa mesma população que vive de forma muito desigual, muito desequilibrada. E toda e qualquer forma de tentativa de organização, de ordenação e de reequilíbrio só trará benefícios à Cidade e, fundamentalmente, na essência é essa a nossa defesa do conteúdo que está aqui, no Plano Diretor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário.

Tem a palavra o nobre Vereador Police. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Sr. Presidente, só queria fazer duas observações sobre assuntos que foram tratados. Um pelo nobre Vereador Police, a questão das ZEIS.

Estou convencido de que temos separar, nos mapas e em nossas análises, as ZEIS 1 das demais ZEIS.

- Manifestação fora do microfone – Vereador José Police Neto.

O SR. NABIL BONDUKI – Posso completar?

Temos de separar. Há duas situações diferentes. Há uma situação da Cidade real, que se consolidou com a ocupação habitacional em regiões inadequadas, em Zepams. Eu concordo que o que aconteceu nesses últimos anos, aliás, vem de longe, é que áreas de proteção, áreas frágeis foram ocupadas por assentamentos e agora cabe regularizá-los, a não ser quando são situações graves. Essa é uma situação urbana diferente de terrenos vazios que precisam ser destinados à habitação de interesse social e que, portanto, vão gerar assentamentos habitacionais formais, com todos os requisitos adequados do ponto de vista da região onde está situado.

São situações que considero muito diferentes para efeito, inclusive, de raciocínio.

Quando falo que temos 171 Km² de ZEIS, na verdade não temos 171 Km² para produção de unidades novas. Temos ali uma população que já está morando.

São duas situações diferentes. Uma situação de aproximadamente 140 km, onde tem população moradora, áreas que devem ser regularizadas e criar condições. Pode-se construir unidades novas naquelas áreas, verticalizando, mas é para a própria população que já está lá. A outra situação é área para a nova população que será abrigada em novos conjuntos, novas áreas habitacionais. Então, são duas situações diferentes. Isso também se relaciona com áreas de proteção para que possamos ter uma leitura mais clara da Cidade e do que precisa ser feito, inclusive dimensionar mais adequadamente – ainda acho insuficiente a quantidade de ZEIS que temos para a produção de habitação de interesse social nova.

A segunda questão, do CEAGESP, eu concordo que é uma questão importantíssima, mas impossível tratá-la em toda a sua complexidade no Plano Diretor. Talvez devemos na proposta de Operação Urbana ou de Projeto Urbanístico da Vila Leopoldina incluir um item específico da CEAGESP, mas a discussão sobre a CEAGESP deve se dar efetivamente na discussão sobre o futuro daquela região. Sem dúvida há a possibilidade de deslocamento do CEAGESP, inclusive para regiões onde se quer gerar emprego, por exemplo, na região Noroeste da Cidade, próximo ao Rodoanel. Essa seria uma alternativa plausível. Houve um estudo anterior para a transferência do CEAGESP para Cotia, mas acho interessante que permaneça no Município. A região Noroeste me parece uma região possível entre as várias regiões que poderiam ser estudadas, mas essa é uma questão que não dá para ser feita no Plano Diretor. Pode haver uma indicação nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. José Roberto, Subsecretário da Receita Municipal.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Bom dia a todos. É uma honra, sempre, estar na Casa do Povo.

Por parte da Secretaria de Finanças, a qual estamos representando neste ato, deixamos reiterada a nossa disposição e estamos sempre disponíveis em colaborar com os trabalhos relacionados ao Plano Diretor.

Sabemos que houve um debate relativo ao valor venal de referência, que é a base de cálculo que apuramos para fins do imposto municipal que é o imposto sobre transmissão onerosa de bens imóveis. Realmente houve estudos entre a Secretaria de Finanças e a CMDU.

Como o Vereador Police falou em outra ocasião, o foco para a determinação do valor da outorga não pode ser unicamente o VVR, na medida em que o VVR tem outra finalidade, que é a definição da base de cálculo no tributo municipal. A CMDU pode, a partir desse valor, fazer os trabalhos necessários para se apurar o valor de outorga adequado para os fins específicos.

Deixamos claro que estamos sempre à disposição. Na medida em que é um estudo para a outorga que tem outras finalidades que não só a definição do valor monetário do metro quadrado, mas há outras finalidades que o voo de outorga busca alcançar. Estamos à disposição em um foro que certamente é maior do que o foro de finanças, com outros integrantes que vão buscar o voo de outorga mais adequado às finalidades da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem uma medida provisória tramitando e ainda não está resolvido. São Paulo pagou os 13% da dívida na última década sobre a receita corrente líquida e sobre esse valor de receita corrente foi colocado na sua composição CEPAC e outorga onerosa, que não devem compor o quadro de receita corrente porque não é imposto e etc. Isso aprovado trará de volta a São Paulo mais de meio bilhão e é retroativo ao início da forma como pagamos equivocadamente.

Esses números todos são calculados ou sobre BBR, no caso de outorga, ou no mercado de bolsa. A minha preocupação é deixarmos de novo atrelado e daqui a pouco termos questionamentos jurídicos com relação a isso.

No caso da medida provisória, ela corrige um pagamento que fizemos a mais. São Paulo já é penalizado com os 13% da receita, mas esse dinheiro vai voltar com a medida provisória, sabiamente encaminhada ao Congresso para que seja aprovada logo.

A minha preocupação é criarmos um instrumento que possa ser, daqui a pouco, questionado por inconstitucionalidade também, uma vez que já temos uma situação que seguramente será aprovada mostrando que fizemos a nossa composição de receita contando com um número que não deveria fazer parte da receita corrente líquida.

Queria saber sua opinião se a gente não corre esse risco.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Eu confesso que não me sinto muito a vontade com relação a esse tema na medida em que é um tema que está sendo muito bem acompanhado pelo Subsecretário do Tesouro junto com o Sr. Secretário, mas eu me proponho a registrar esse questionamento e levar ao meu chefe, o Sr. Secretário de Finanças, para que seja adequadamente respondido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu já falei rapidamente com o Secretário Marcos Cruz, aliás, eu o cumprimentei pela forma como ele encaminhou o texto para lá. Com certeza, foi ele porque jabuti não aparece em árvore. Quando aparece só para atender São Paulo, alguém daqui colocou esse jabuti lá. Nós ficamos muito felizes porque vamos receber e vai abater da nossa dívida.

Depois, se houver oportunidade, nossa preocupação é uma ação de inconstitucionalidade depois na forma de compor o quadro da outorga.

Vou passar a palavra aos nossos ouvintes. Primeiramente, Sr. Laerte Brasil, após a fala do Sr. Laerte, vamos encerrar as inscrições.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente da Confederação dos Municípios, Empreendedores e Trabalhadores Sustentáveis.

Parabenizo os Vereadores da Comissão e todos os presentes para debater o futuro da cidade de São Paulo.

Vou começar pela água que o Sr. Secretário explanou recentemente. Há 20 anos participei de uma conferência em Lisboa e apresentei uma tese na qual os países poderiam usar de 30 a 40% da água do mar. A água seria tratada através de tecnologia avançada e depois abasteceria as residências, o comércio e a indústria. O primeiro país a adotar foi Israel, que usa 35% da água do mar.

Mas o Governador daqui não investiu em infraestrutura sustentável para o desenvolvimento da água e a falta de água preocupa. Tem um projeto para aplicar multas absurdas para os usuários, que não têm culpa.

Para ter uma ideia do dinheiro que Governador Geraldo Alckmin e a máfia que ele montou no Estado estão roubando já chega a 185 bilhões. Desse montante 21% foi dinheiro desviado do meio ambiente.

Vou me ater no Plano Diretor. Participei de 51 e está é a 52ª audiência pública e a nossa tese foi em cima da geração de emprego nos bairros e um projeto de mobilidade avançada. No ano de 2006 apresentamos uma tese para a construção de mais de 300 km de metro, mas o Plano Diretor não contempla.

Londres, hoje, tem 500 km de metro e transporta um bilhão de pessoas por ano. O Prefeito agora liberou um aporte de 30 bilhões de dólares para construir mais 200 km de metro em Londres. Sem dúvida, São Paulo está projetado para o ônibus, que é uma visão atrasada de muitos governantes e o futuro de São Paulo será a construção de metro.

No ano passado participei do Arco do Tietê e aquela região não prevê a manutenção das empresas para geração de emprego e também um projeto para atrair mais empresas para aquele território.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Convido os Srs. Vereadores Ricardo Young e Dalton Silvano para compor a mesa.

Tem a palavra o Sr. Paulo Goia, do Conselho Participativo.

O SR. PAULO GOIA – Bom dia a todos.

Pode parecer estranho, mas a insistência da criação de ZEIS na Bela Vista. O Distrito vai desaparecer. Ele já está desaparecendo, tem uma avalanche de protocolos e a ideia é pedir, novamente, a criação de uma área de ZEIS porque as ZEPECs não vão me ajudar no meu pedacinho com a Vila Itororó, nós não vamos conseguir controlar. Essa é a proposta, mais uma vez, pode parecer absurdo, pode parecer que eu não entendi, mas é a única forma que vejo é a criação de áreas de ZEIS. As 22, 23 e 24 não bastam para levar população para lá e resolver os outros problemas. Não há o que discordar do objetivo, não há outra forma de fazer para a Cidade, isso é tudo claro.

Desculpe, pode parecer estranho, mas como conselheiro da Bela Vista, essa é a única forma que eu vejo. Desculpe, mas é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Obrigado, Paulo.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, Movimento da Resistência de Apoio ao Orçamento Participativo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos.

Na última sexta-feira, este Plenário 1º de Maio sediou um evento nacional, até diria internacional, relacionado a um curso importante, inédito referente ao orçamento participativo para gestores e para população e conselheiros em geral. Vieram pessoas do Nordeste brasileiro, de João Pessoa, do Sul e até professores internacionais porque, contrariamente ao que os reacionários dizem, o orçamento participativo está mais vivo do que nunca. Está sendo estudado no exterior e no Brasil e com muita ênfase. É uma honra porque o Brasil foi o primeiro país a democratizar e publicizar o seu orçamento, pelo menos em nível municipal.

Por tudo isso é com tristeza que observamos este substitutivo do Plano Diretor, aprovado no dia 30 de abril em primeira votação, que praticamente exclui o orçamento participativo na sua origem.

A origem é um projeto de gestão que incentiva a participação popular, a

democracia, a fiscalização do orçamento e, principalmente, a deliberação, diferentemente o que ocorre com essa jabuticaba, Conselho Participativo Municipal, que é consultivo e não deliberativo. Isso é triste porque é uma regressão perigosa na história participativa e de lutas populares da cidade de São Paulo.

Então, solicitamos que seja devolvido, por gentileza, Vereador Nabil Bonduki, os artigos 32 2C, 41 inciso IV e artigo 80, inciso IV, da atual Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002. Por gentileza, porque a Educação, a Cultura e Habitação têm de ter um controle social deliberativo, isso diz a Lei e estão tirando. A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente tirou esse direito da população. Vai ficar por isso mesmo? Será que mais uma vez a população vai ser lesada? Será tirado o direito da população inclusive por um relator que, em 2002, colocou isso? Cadê a coerência, Professor Nabil? Porque em 2002 V.Exa. colocou junto com seus Pares e agora quer tirar? E pior, o Secretário Fernando Mello está presente, no ano passado, no processo participativo de abril e maio da sua secretaria 31 Subprefeituras foram feitas. Em 20 delas o tema 12, participação popular, foi um dos mais votados. Em sete, o orçamento participativo ficou entre os mais votados. V.Exa. rasgou o que foi aprovado pela população porque um substitutivo do senhor e do seu amigo Prefeito riscou do mapa o orçamento participativo. V.Exa. acha bonito isso? V.Exa. acha que isso vai ficar impune? Não vai não, Sr. Secretário. V.Exa. será cobrado politicamente e se for o caso, na Justiça, pela lesão aos direitos da população paulistana e brasileira, inclusive com denúncia internacional – o senhor, a dona Núria. Realmente, não vai ficar barato essa lesão aos direitos da população de São Paulo.

Para terminar, evoco a questões importantes como o artigo 279. Respeito ao artigo 279 da atual legislação, inciso VII – e isso foi tirado da lei agora, tanto pelo Executivo quanto pelo relator Bonduki. “Artigo 279 - É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana da Cidade mediante as seguintes instâncias de participação: inciso VII - assembleias e reuniões de elaboração do

Orçamento Municipal”. Isso não está no CPOP e no Conselho Participativo Municipal.

Quero que algum conselheiro me desminta agora se essa criação obsoleta e irregular dos Srs. José Police Neto e João Antonio que só desmobilizou a participação popular no ano passado em São Paulo tanto que o Sr. Prefeito nem nomeou o CPOP até agora em Diário Oficial. Então, realmente, a gente clama por justiça e por direitos populares e deliberativos na cidade de São Paulo.

Por fim, clamar pelo artigo 4, do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 e não foi cumprida pelo Sr. Nabil, e pelos dois Srs. Fernandos, Haddad e Mello, e suas equipes não muito competentes. “Serão utilizados entre outros instrumentos: inciso VII - d) plano plurianual; e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual; f) gestão orçamentária participativa.” Isso é lei da época do Sr. Fernando Henrique, não é nem Lula, é de 2001. É o povo participando no orçamento anual e não esse embuste de Conselho Participativo Municipal criado inclusive pela péssima Secretária de Planejamento, que descumpra leis e não faz audiências da elaboração do orçamento, chamada Leda Paulani.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Christian Bojlesen.

O SR. CHRISTIAN BOJLESEN – Sou Christian Bojlesen, do Movimento Reurb São Paulo.

Já falei algumas vezes aqui e fazemos parte do pessoal que está debatendo o artigo 13. Basicamente, a gente questiona essa antecipação de zoneamento que está acontecendo no Plano Diretor. Essa é uma questão que deveria ser debatida posteriormente. Não somos contra a ZER e o meio ambiente, muito pelo contrário. A gente, simplesmente, sente não é uma questão pacificada, homogênea. Não se podem considerar todas as ZERs como iguais.

O Plano Diretor inverteu a questão. Toda a ZER passou a ser considerada

macroárea de urbanização consolidada e são áreas totalmente diferentes. Se você observar o Distrito de Santo Amaro, antigamente eram fazendas que depois foram loteadas para casas de colonos ou indústrias e são totalmente diferentes dos Jardins e dos bairros da City.

Muitas pessoas usam o argumento para a defesa das Zonas Estritamente Residenciais as questões ambientais. Porém, nessas áreas podemos ver por satélites que elas não cumprem qualquer função de permeabilidade de solo, toda a arborização está no viário e não nas propriedades. No meu bairro somos uma das únicas casas que cumprem tanto a permeabilidade de 30% quanto a arborização estabelecida pela ZER.

Queremos frisar o papel indutor do Município nos problemas dos corredores. Foram criados corredores de uso especial e foi transformada a realidade de diversas áreas, principalmente lindeiras às ZERs, não houve uma fiscalização efetiva e houve várias áreas surgindo. Na Avenida Gabriel Monteiro da Silva inventaram o conceito de *showroom* para elas se legalizarem.

Lá atrás, houve uma total arbitrariedade com áreas, por exemplo, a nossa que era um corredor legítimo que o pessoal cumpria a lei, um lado era comercial e o outro era de serviços. Porém, isso foi revogado e quem não cumpria a lei e operava através de liminar, de corrupção aos fiscais, hoje em dia está legalizado, e cidadãos de bem que pagam IPTU até hoje sem conseguir usar o imóvel como deveriam são penalizados.

Então, pedimos a revisão do artigo 13 para que isso possa ser discutido durante a etapa dos Planos Regionais.

Estamos também muito preocupados com as notícias que tivemos do Ministério Público envolvido na discussão do Plano Diretor. É muito difícil falar de representatividade em um Município que tem 11 milhões de habitantes e somente 800 vão a uma audiência pública. Então, queríamos oferecer um contraponto a isso porque, apesar de tudo, temos participado do processo democrático e não achamos que judicializar a questão, quando vai contra os interesses individuais de certos grupos, é a solução correta, mas depois falamos mais sobre

isso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Rese, Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais.

O SR. SÉRGIO RESE – Bom dia a todos. Além de ser da Rede Butantã, também tenho tido a experiência de fazer parte do Conselho Municipal de Política Urbana no segmento que representa entidades de bairros.

Há vários aspectos do Plano Diretor que temos tratado ao longo desse período, mas vou me ater às ZERs. Lerei um documento assinado por 55 entidades de moradores de ZER. Eu vou protocolar, já entregamos ao Sr. Secretário Fernando em outra ocasião. Vou resumir, mas é importante para o conhecimento de todos. “Ao ensejo da elaboração do novo Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, a sociedade e as associações e entidades representativas das zonas residenciais vêm apresentar, dentre outras, razões técnicas para a sua manutenção, preservação e proteção, seja como elementos de excelência urbanística no campo do planejamento urbano, seja como elementos essenciais derivados desse projeto do espaço urbano, de qualidade inegável na prestação dos serviços ambientais no ecossistema urbano, promovendo equilíbrio ambiental e redução dos impactos urbanos e ambientais nocivos pelo padrão mercantil de ocupação e de expansão da mancha urbana, que são históricos na Cidade.

Bom, os loteamentos que hoje formam a maioria dos bairros residenciais, já na sua concepção, estabeleceram restrições no uso e na ocupação de lotes, garantindo, dessa forma, a qualidade urbanística ambiental e paisagística, com visão de planejamento, integrando áreas públicas e privadas em conjunto harmônico com a Cidade.

Esse padrão garante espaços abertos de baixa volumetria de edificações, notadamente horizontais, e significativas áreas verdes e permeáveis, cumprindo com a função social da propriedade. Cabe aqui eu fazer uma observação a respeito de um debate que estive

presente, nessa semana, quando o Vereador Nabil Bonduki mostrou que as diretrizes desse plano, que procuram fazer um encontro da questão cultural, da questão ambiental e da questão econômica e imobiliária para a Cidade, engloba certas áreas. O Vereador Nabil Bonduki deu exemplo de áreas verdes. Às vezes, olhamos e falamos: “Essas áreas são desocupadas. Vamos ocupá-las”. Não, elas têm uma função importantíssima para a manutenção da condição de vida na Cidade.

O próprio Secretário Fernando hoje falou da questão da água. As ZERs hoje, em São Paulo, na sua grande maioria, são áreas que trazem uma porção dessa qualidade dentro do ambiente urbano. Esse é um dos eixos que estão nesse documento.

Outra coisa é que o próprio Plano Diretor atual, feito nesta Casa, há aproximadamente dez anos, e os planos regionais deram uma diretriz de incentivo às ZERs. Foram criadas algumas ZERs. Sabemos que um bom Plano Diretor tem uma visão que se prolonga ao longo de muitos anos. As ZERs, ao contrário do que alguns querem fazer parecer, não são lugares de elite. Há uma lista de ZERs de classe média. É o meu caso. Muitas pessoas, na Cidade, foram orientadas a se instalar em ZERs; estão em ZERs e têm as suas casas lá.

Sabemos que um dos maiores problemas hoje, em São Paulo, é o da habitação. Esse problema está sendo tratado no Plano Diretor com foco obviamente no segmento de população mais necessitada, com menor renda; porém o segmento que está instalado em bairros consolidados, como as ZERs, também se afeiçoou nas garantias do Plano Diretor em curso. Por isso, pedimos que, na mesma linha que está delineado, isso seja mantido. As 55 entidades apoiam isso, sem prejuízo do estabelecimento dos corredores e das zonas lindeiras, onde há comércios e serviços. Inclusive tudo isso já está previsto no Plano Diretor.

Vou deixar aqui o documento, que é grande, para conhecimento de todos. Um amigo disse que a ZER não cumpre papel ambiental. Isso é inverdade. Segundo estudos da própria Prefeitura, se olharmos as manchas de calor, em São Paulo, nas áreas de ZERs,

veremos que elas são menores. Há uma redução de temperatura, por conta da arborização e também há um papel grande, por conta da permeabilidade do solo. Se há pessoas que não respeitam essa permeabilidade, não é um problema do que a lei determina. A lei quer o correto. Há o problema de fiscalização. Essa é outra história. Quanto às ilhas de calor, por exemplo, há estudos da Magda Lombardi, geógrafa, que comprovam que essas porções do território têm uma função muito importante para o meio ambiente.

Vamos fazer uma visita aos Vereadores, para mostrarmos que há razões técnicas, jurídicas e de direito assegurado de populações em regiões consolidadas, que são defensáveis, e estão assinadas por 55 entidades das diversas regiões da Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Laila Ali Alasaied(?), do Movimento Brooklin.

A SRA. LAILA ALI ALASSAIED(?) – Boa tarde a todos. Estou aqui representando o Movimento Brooklin, mas estamos em um grande grupo, que vai de diversas entidades e de diversos movimentos e diversas regiões de São Paulo, como Saúde, Santo Amaro, Campo Belo, Brooklin, Pinheiros e muitos outros, que vamos protocolar daqui a pouco com V.Exas.

Venho aqui fortalecer o que os nossos colegas já pediram anteriormente, a discussão do artigo 13 e a flexibilização, para que toda a população possa discutir o seu zoneamento e a sua realidade. Fortalecendo o que o nosso colega Christian já disse, ninguém é contra o meio ambiente. Pelo contrário, nós fazemos parte dele. Ninguém é contra a ZER; nós fazemos parte dela. É importante ressaltar que nós temos aqui diversas entidades representando esse pedido de flexibilização do artigo 13, para que possamos discutir isso num outro momento. Temos mais do que isso, temos mais de que entidades. Hoje só aqui há 500 assinaturas que legitimam os nossos pedidos. É muito fácil constituir uma entidade; difícil é ser legítimo. Então, estamos legitimando os nossos pedidos. Nós não estamos com 55 entidades aqui; estamos com centenas de assinaturas, para discutir a realidade de cada ponto e de cada

localidade de forma democrática. Ninguém quer destruir a ZERs. Nós queremos conciliar os interesses. Nós precisamos abrir as nossas mentes, as nossas visões e sentar e negociar. Vamos respeitar as residências, mas vamos colocar serviços e comércios. Vamos conciliar os interesses. Uma cidade não é só residência, uma cidade não é só comércio, uma cidade não é só meio ambiente; é tudo isso. Então, vamos começar a sentar. Nós não somos inimigos. Vamos conciliar os nossos interesses. Aqui nós legitimamos.

Hoje há em torno de 500 assinaturas, mas já protocolei, em 2003, mil assinaturas numa audiência pública, e não fomos ouvidos naquela época. Parabenizo V.Exas., porque eu sinto agora que estamos sendo ouvidos. Ninguém quer aqui ser beneficiado num interesse individual. Se o coletivo entender que é isso, vamos respeitar as regras do jogo. Sabemos que não é fácil conciliarmos todos os interesses. É muito legítimo. São assinaturas e RGs da população pedindo para se discutir o artigo 13 de forma que possamos discutir isso na Lei de Zoneamento.

Gostaria que todos entendessem que a questão não é eliminar, é sentar e conciliar. Infelizmente, no meu bairro, o Broklyn, houve até mortes por causa disso.

Agradeço a todos pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Olívia, da Associação Comercial.

A SRA. OLÍVIA – Bom dia a todos. Represento a Associação Comercial. Também faço parte da Comissão de Política Urbana da Associação Comercial, que já entregou a sua proposta e sua sugestão para a Comissão de Política Urbana, que discute o PL do Plano Diretor. Enfatizo que nós estamos aqui diante de duas grandes diferenças, que precisam ser corrigidas e equilibradas. O que ficou claro para mim, em todas as discussões, é que falta um pouco de informações. Os lados estão muito acirrados em defender os seus direitos. Isso é legítimo, mas a Cidade precisa ser pensada como um todo. A realidade, nesses onze anos depois, é outra; e não é o comércio e o pequeno ou o médio prestador de serviço que vão

desqualificar uma zona residencial, e a zona residencial é protegida. Qualquer morador da Cidade não quer desqualificar a ZER, a Zona Residencial, só que temos de colocá-la dentro de um contexto da Cidade. No entorno dessa ZER, há eixos de transporte, vias coletoras e serviços e comércios instalados.

Discutimos muito a questão de mobilidade, como que vamos para outro local, que, cada vez, é mais distante e difícil. Então, nesses núcleos de populações locais, onde há ZERs já estabelecidas, existem zonas de generalidades, com pequenos comércios e serviços, que estão irregulares, por força do atual Plano Diretor e da legislação complementar. Precisamos entrar em equilíbrio. Faço sim minhas as palavras do Vereador José Police Neto. A Cidade precisa ser repensada numa questão um pouco mais mista. O grande problema dessa Cidade, que eu sinto em todas as discussões que eu participei, é o adensamento imobiliário. O que as pessoas não querem mais é esse adensamento descontrolado que vem acontecendo ao longo da Cidade. Isso sim tem de ser muito bem controlado, supervisionado e legislado, para que ocorra onde deve ocorrer, e não da maneira como sentimos o que aconteceu, nesses onze anos depois de o Plano Diretor esteve colocado, onde houve, principalmente na região da macrozona Sudeste, uma verticalização, absurdamente sem pensar na estrutura que havia e se a população efetivamente queria. Isso faz com que os defensores de ZERs fiquem tão preocupados em ter as suas Zonas Estritamente Residenciais de qualidade de vida e proteção ambiental desqualificadas com esse tipo de ocupação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. José Paulo dos Santos, da Associação Moradores da Vila Anhanguera.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, nós não estamos aqui, eu, pela Associação dos Moradores da Vila Anhanguera, pelo Conseg Campo Grande, por entidades da região, por representantes do movimento Não ao Corredor Nova Senhora do Sabará, que aliás foi vitorioso em função das ações corretas que tomamos, contra

o progresso. Somos contra o crescimento desmesurado da Cidade. Ela não pode crescer mais como cresceu no passado. Isso já foi dito aqui inúmeras vezes. Volto a dizer que São Paulo precisa de se reorganizar, antes de tentar voltar a crescer. Então, a Cidade infelizmente vem sendo desgovernada ao longo de muitos anos, em função das políticas inconsequentes e eleitoreiras adotadas. Precisamos de preservar o comércio. Aliás, o comércio e a indústria coexistiram sempre pacificamente na região de Santo Amaro e em outras regiões da Cidade. A Lapa é um exemplo disso também. Há uma parte de Santana que também é um exemplo. Eu convivi com isso e continuo entendendo que a Cidade continua crescendo de forma ordenada.

As zonas lindeiras, as ZERs que nós defendemos, têm comércios, que devem ser preservados. O que não podemos concordar é que se abra um precedente, para que, nas mesmas áreas lindeiras, onde há comércio estabelecido há mais de trinta anos, seja aberto o comércio de forma inconsequente e irresponsável, como os desgovernos anteriores têm permitido. Isso é de fundamental importância para os senhores, para as suas famílias e para os seus descendentes, porque nada se faz sem planejamento. O plano, conforme proposto, tem soluções interessantes, que devemos louvar, mas também há atitudes, a meu ver e da grande maioria das pessoas que conhecem São Paulo, como modestamente como eu conheço, nos meus 68 anos de idade, que estão contribuindo não para o crescimento de São Paulo, mas para a destruição da São Paulo que nós queremos. A São Paulo que nós queremos não é aquela necessariamente que os construtores e donos do poder têm adotado. Nós queremos que São Paulo cresça de forma organizada. Não queremos o adensamento, porque São Paulo não mais suporta isso. Nós não temos meios viáveis para isso.

Gostaria que os senhores repensassem todas as suas posições. Nós não estamos aqui brigando. Nós não estamos brigando uns contra os outros; nós estamos pedindo para que todos repensem as suas colocações e analisem aquilo que é melhor para as nossas famílias e para a nossa São Paulo que queremos, no fundo do coração.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Valdir Moura dos Santos, Quilombo(?) Guaianases, MST Leste 2.

O SR. VALDIR MOURA DOS SANTOS – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui nesta Casa do povo. Primeiro saúdo os companheiros presentes, guerreiros de luta. Há muito tempo não nos vemos. Estamos aqui defendendo os Direitos Humanos desse povo excluído, dessa população que sabe que sofre. Somos da periferia da zona Leste. Primeiro contemplo aqui com os companheiros que já falaram ou se manifestaram com suas propostas e indignações. Apoio-os na mesma luta. Também me solidarizo com os companheiros que não conseguiram chegar até aqui. Notifico também a vergonha nesse dia de hoje, 21 de maio, com a falta de transporte de ônibus e direito de as famílias terem acesso de ir e vir para ganhar o seu sustento.

Vemos, nessa cidade de São Paulo, um caos. O transporte é superlotado e as pessoas estão indignadas, voltando para as suas casas. As escolas estão fechadas. Os professores estão nas escolas sem alunos. Essa é outra vergonha. É uma indignação, justamente na cidade de São Paulo, da comunidade por mais esse momento triste na política. Do outro lado, temos outra preocupação. Nós que somos de Guaianases, temos de proteger as únicas áreas rurais que há na periferia, que justamente estão sendo desrespeitadas até pelo próprio município, pelas subprefeituras e políticos, que não as respeitam, nem respeitam as áreas de PPA, de preservação particular ambiental, que também precisa de atenção a respeito dessas preservações.

Outra questão é a memória. Nós temos uma preocupação muito grande com a memória. Há quem fale da área do Centro e do Brooklin. Estão acabando com a memória, justamente com a história de anos de vida desse povo, que está aqui nas regiões de São Paulo. Isso está sendo destruído, sem nenhuma preocupação da preservação da memória dessas edificações.

Falei com o Vereador José Police Neto a respeito da proibição e da indignação aqui

sobre a proibição da áreas de interesses sociais em áreas nobres, como Centro, Brooklin e outros lugares, tirando o povo. Isso é discriminação, preconceito e racismo institucional. Entendo o modo de se pensar, para se melhorar a acomodação do povo, mas quem mandou deixar tanta gente morar em São Paulo? A cada dia, chegam mais pessoas. Como proíbem o povo de morar onde já está, tirando de lá, separando o rico do pobre? Fazendo isso é uma exclusão. Ao mesmo tempo, o Haiti, chega aqui. Vários haitianos de fora estão no Centro. O Sr. Prefeito foi até lá mostrar que está solidário, e os haitianos vão para onde? Eles têm de continuar morando aqui. Então, quem vem contra essa situação quer excluir. Essa é uma discussão precária, que vai contra os movimentos sociais.

Por outro lado, também há a questão da água. É uma pouca vergonha o saneamento básico nas regiões ou mesmo nas questões dessa máfia da água, que vemos que vêm de todos os lados. Essa é uma discussão que não entendo. Sempre falta água, e ela é tão cara. Então, vejo que essa é outra questão política. Trata-se de Direitos Humanos e da Constituição, que estão sendo feridos. Enquanto isso, não vemos a construção de moradias de interesse social em todas as regiões. Realmente o Plano Diretor não está cumprindo o seu papel. Isso tem de ser votado. Há macro-áreas e a questão das Zepans, ZEIS e ZPDS. Há esse conflito.

Um companheiro falou do Ceasa e do cemitério. Essa questão é uma pouca vergonha, uma falta de respeito com os mortos. Nós, que estamos vivos e sabemos que vamos passar dessa para melhor, queremos dignidade. O Cemitério de Lajeado, na região Leste, está uma pouca vergonha. Invadiram tudo. Acabamos de ver uma mulher que foi amarrada e morta no Cemitério da Vila Formosa. Lá não há segurança. É uma falta de respeito. Se formos para o outro lado da Saúde e da Educação, vemos que o Plano Diretor está muito no blablablá. Parece até aquela colcha de retalho, com tantas emendas. Espero contar agora com os companheiros Vereadores, que estão numa luta muito grande, e com os movimentos de moradia, que estão preocupados. Não vemos moradias saírem. Promessas não estão sendo

feitas. Calamos, mas o povo não deve se calar. Por isso, estou vendo a manifestação do povo, e todos os dias ele se manifesta. Hoje eu me manifesto por essa falta de respeito para com o povo brasileiro nesta Casa. Há essa corrupção e essa impunidade justamente do Poder Público e do Poder Judiciário, que invadem(?) áreas. Quero saber como vai ficar também o aluguel social. Pessoas estão muito jogadas pelos cantos, e dizem que não há dinheiro para o aluguel social. Onde vão colocar essas pessoas que vão ser tiradas do Centro e de outros lugares? Acabem com o despejo. Parem de reintegrar. Vamos solucionar uma moradia digna para o povo. As pessoas que moram na área rural têm direito de morar em seu lugar, com moradia digna, para esse povo brasileiro; com liberdade para nós.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora, da Associação Benedito Legal.

A SRA. MARIA AUXILIADORA – As falas feitas aqui pelas Sras. Olívia, Laila, Cristian e José Paulo são exatamente ideias que comungo. Nós somos pessoas capazes de discutir, conversar e chegar num ponto de equilíbrio para a Cidade, porque todos vivemos aqui e queremos uma Cidade melhor. Esse é o objetivo. Aqueles que estão no comando do Plano Diretor Estratégico têm feito um esforço grande sim. Temos de reconhecer isso. É o dever e obrigação deles. Temos a nossa obrigação, como sociedade. Somos convidados a participar, dando nossa contribuição.

Quanto à questão da ZERs, muitas vezes, pessoas falam que não são contra a ZERs. Ninguém está contra a ZER. Eu moro numa ZER. Todo mundo aqui mora em ZER, só que há um detalhe: Existe uma realidade que já está consolidada há anos. Está lá, há 30 anos, 25 anos, 20 anos, 15 anos, de prestação de serviço que não está enraizado dentro do miolo do bairro residencial; está em suas bordas, nas lindeiras.

Oras, essa prestação de serviços e esse comércio não agridem o bairro e as residências. Muito pelo contrário, eu forneço a lista minha de clientes, pessoas do bairro, que vão ao meu escritório andando a pé, para se servirem dos serviços que eu presto. O bairro

inteiro serve-se do seu trabalho da Sra. Mônica Tile(?), fisioterapeuta. Vejam bem: O próprio bairro não precisa ir até Perdizes ou Pinheiros para ir ao médico, ao dentista ou ao advogado. O povo tem tudo ali. Ele se serve ali; vai andando ou de bicicleta.

Vejam bem: Ninguém está contra a ZERs. Tem de haver a ZER. O Christian colocou aqui muito bem uma coisa: O pessoal que mora em ZERs infelizmente não segue as diretrizes. Deveria ser o quê? Haver verde, árvores e espaço para se drenar água. No entanto, há a prestação de serviço. A nossa prestação de serviço lá, por exemplo, é harmoniosa, bacana com o bairro. Ela não está agredindo nem gerando incomodidade; agora o artigo 13 engessa, não permite isso. Essa é a nossa preocupação. Por isso que nos batemos tanto. Quem não se lembra aqui da medida cautelar que o Movibelo(?) fez e que parou, engessou a discussão do zoneamento na Lei de Uso e Ocupação do Solo no plano regional, que não pode ser discutido? É isso que estamos querendo evitar. Queremos que não seja impedida essa discussão da reforma da Lei de Uso e Ocupação do Solo, referente ao plano regional. Por quê? Porque se houver lá, da forma de desafetação do Art. 13, não dá para mudar. Vamos continuar sendo pressionados. Vamos continuar muitos tendo de fazer aliança com fiscal, ou coisas do tipo. Queremos viver na legalidade, não na ilegalidade. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki – Com a palavra a Sra. Maria do Carmo Pedroso, do Conselho Ambiental, Santo Amaro.

A SRA, MARIA DO CARMO PEDROSO – Bom dia a todos. Sou do Conselho Ambiental, CARD Santo Amaro, conselho participativo. Faço parte do CONSEG Campo Grande e faço parte do Movimento a Rede Santo Amaro. Reforço o seguinte: sou moradora de uma zona ZER estritamente residencial às margens da Av. Sabará, não só o meu bairro Jardim Bélgica, mas Vila Anhanguera, City Campo Grande e Jardim Marajoara. Esses quatro bairros, a margens da Av. Sabará, esses bairros têm a característica estritamente residencial. Não porque nós fazemos questão e defendemos esse ponto. Mas porque os bairros não comportam pequenos comércios, porque estamos às margens da Sabará que tem uma infraestrutura

comercial. Então, eu, diria um suicídio, um investidor, um comerciante, instalar um pequeno comercio dentro dos nossos bairros, porque não sobreviveria. Quando, enfatizo e agradeço a Dora que me antecedeu, sobre as considerações que fez. Os bairros que tem, e acredito que o que falta no Plano Diretor é aquele ponto e vírgula que os bairros que já tem essa característica que cada um mantenha de acordo com a sua característica já existente. Que o morador daqueles bairros tenha o poder e agradeço ao Sergio Rese, que enfatizou 55 comunidades que assinaram o documento. Acredito que cada bairro tem o direito, à sociedade civil, que administra, porque os bairros ZERs saibam, os senhores, que a manutenção desses bairros, na grande maioria das vezes são feitas por nós munícipes. O Poder Público, nem sempre dá o atendimento necessário. Quantas vezes contratamos jardineiros, quantas vezes temos de contratar outros profissionais para manutenção dos nossos bairros, Vivemos um momento muito especial que nunca em, outras gestões, ouve movimento tão democrático como agora. Nós conquistamos e não é só por meio desses conselhos, porque é direito de cada cidadão lutar por seus ideais, pelos seus anseios e pela sua qualidade de vida, principalmente, São Paulo. Passei por São Paulo - falo São Paulo, porque ainda lembro que meu bairro era o então Município - São Paulo está degradado. São Paulo é uma vergonha para nós. A cidade mais rica do Mundo é a cara de periferia mal cuidada. E também faço outro apelo, é que sou a favor de melhorar condição social, principalmente moradias. Mas que seja revisto, faço como parte da rede Santo Amaro, nós tínhamos um arquiteto Fábio José Calazans a quem eu faço uma homenagem, um cidadão santamarense, que colocava, ele não olhava assim, ele olhava Santo Amaro, e acredito que São Paulo tem de ser olhado, me permitam os nobres vereadores, a Cidade de São Paulo não pode ser construída, ou ser redesenhada em um plancheta, a Cidade de São Paulo tem de ser olhada, ao in loco. A Cidade de São Paulo cabe aos nobres Vereadores, cada olhar a sua região e verificar à necessidade que cada comunidade, tem, que cada distrito tem. Vamos um pouquinho mais longe. Acho o seguinte: São Paulo merece – a Cidade de São Paulo mais rica do mundo – tem de ser olhada de uma

maneira diferente, tem de ser mais bem cuidada e faço um apelo aos senhores: nunca essa Casa teve tantos aliados e tantas pessoas envolvidas para uma colaboração na construção dessa nova cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a palavra o Sr. Antonio Esteves.

O SR. ANTONIO ESTEVES – Agradeço aos nobres Vereadores. Sou morador de ZER, bem simploriamente falando, falo muito em função do pouco que conheço entre subprefeitura de Casa Verde, Santana, Jaçanã/Tremembé e Vila Maria/Vila Guilherme, onde moramos a 55 anos infelizmente, poderia ser só trinta. Volto do trabalho pela Av. Pacaembu, totalmente escura, desabitada. Entro na Av. Brás Leme, maravilhosa, linda, escura, desabitada, prossigo pela Av. Nova Cantareira, escura, desabitada. O que elas estão protegendo? Quem são esses privilegiados das ZER? Não me sinto privilegiado na ZER. Quando avenida está escura e eu não posso ir até a rua comprar um pãozinho, ou um remédio, me divertir, ela está servindo a quem? O que tem dentro do meu bairro, infelizmente, como a colega citou, não é ameaça, é morte, é degradação. Na realidade, o que temos? Nossa população está se estabilizando, sabemos disso. Mas o quanto é isso pela maturidade da cidade e quanto é isso pela deseconomia da cidade. Empresários que estão indo morar em Miami ou em Montevidéu, o quanto uma coisa ou outra. O que pedimos é a flexibilização, não só aquela pequena lista de serviços, que não são cumpridas, queremos comprar pãozinho, queremos pedir pizza e ir a pé até esses serviços.

Como sou morador e profissional na zona Nordeste da Cidade, temos lá a Fernão Dias, ela sente, ela padece do mesmo problema. É uma área inteira de ZLT – Zona de Lazer e Turismo, no mapa aparece verdinho, parece um lugar aprazível, muito bonito. Não. Infelizmente, ele todo preenchido por loteamentos regulares, porque a legislação não se permite, loteamentos regulares na região por ser uma ZLT, uma antigas zonas Z8-100, e por empresas irregulares, galpões com uma qualificação muito mais baixa do que poderia ser. Estamos no momento do rodoanel, que provavelmente em três anos estará rasgando a região

do Tremembé/Jaçanã/Guarulhos. Av. Sezefredo Fagundes será o principal vetor dos transportes levando toda a economia a chegar da cidade, a sair da cidade para o Rodoanel, pela Fernão Dias e pela Sezefredo Fagundes. Precisamos estender o arco Tietê ou alguma zona que motive a instalação, atividade econômica nessa região, se não ocorrer, legalmente, ela vai ocorrer irregularmente. E aí será de baixa qualidade. Colado temos o bairro do Jaçanã que tem vocação industrial. cerca, ainda de 50 a 60 indústrias elas teimam em ficar, embora a legislação peça para elas sair da cidade, elas insistentemente, elas estão lá, porque os empresários moram na região, gostam da região, os funcionários moram na região. Então precisamos qualificar o zoneamento para permitir que ela possa fazer um vestiário a mais, porque senão a Secretaria não aprova um vestiário a mais sequer. Quer expulsar essas empresas da Cidade de São Paulo. se essas empresas saem, perdemos o emprego na região. O que vai aparecer no lugar, mais prédios, mais habitação. Metade da população da zona Norte sai da zona Norte para trabalhar em outras regiões da cidade.

Questão da outorga onerosa. Temos casos concretos, neste momento, de pequenos empreendedores: desculpa: não fecha mais a conta. Senhores, parceiros, investidores, três, quatro, voltem aqui, vamos desfazer o negócio. O que fazemos com o terreno?: Paguei 800 mil reais no terreno e agora tenho 600 mil reais pela nova VVR, para pagar a outorga onerosa. Essa conta não fecha. Além de toda dificuldade que os empreendedores tem para aprovação, ano e meio, dois anos para aprovar, ainda vem mais essa paulada encima. A construção civil está parando na Cidade de São Paulo, será que é a deseconomia? Queremos economia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Nabil Bonduki) – Com a palavra a Sra. Indalecia Escudeiro.

A SRA. INDALECIA ESCUDEIRO – Bom dia a todos. Acredito que não mudo muito o meu assunto. Primeiro, será a questão da ZER, vamos falar da Liga. Primeira vez que assisti esse programa no Canal Band. A matéria se tratava da Av. Indianópolis. Onde moro e mostrou a prostituição em peso. Quando vemos aquilo, não é para ficar: “Olha do que está

acontecendo...” É para falar assim: “Nossa, como somos omissos – porque também faço parte da Prefeitura do Município de São Paulo, estou aqui como arquiteta não da Prefeitura, que mudei meu setor – como somos omissos de tentar entender o que está acontecendo com essa prostituição. Está, porque a atividade que pode ficar termina às 7horas da noite. Depois das sete horas, a rua é delas, deles... É de quem quiser menos o proprietário. Já que pode ficar à noite, resolveram ficar o dia todo. Porque vamos ficando com medo. Isso é problema de um Plano Diretor onde um zoneamento mal feito. Gostei do que você falou Fernando. Vamos deixar o CEAGESP para cuidar em um assunto próprio. Cuida a cada ZER, num assunto próprio. Cada uma é diferente. a minha vai chegar igual da Floriano Peixoto, onde tem muita prostituição e ninguém para tomar conta. Então precisa ver a atividade que lá pode. Não pode um condomínio. Mas se liberar, mas precisa, além do CEO, como ele disse, precisa saber o que tem nas outras quadras e então vai virar só condomínio. Ontem na entrevista foi claro, quando a moça da rua falou para o repórter: vamos para lá, porque aqui tem segurança. Aqui também não dá porque tem câmera. Então notar, que para gente se livrar delas ou ter um lugar para morar descente, com dignidade, tem se pensar em atividade onde irá ter segurança e câmera na rua. Esse é o meu primeiro assunto. como mudamos muito nosso pensamento nesses dez anos, evoluímos muito nossa maneira de pensar, que continuamos evoluindo para tentar resolver essa parada grande. Muita gente está pedindo comercio, tem de ver direitinhos os comércios de poder e tudo e maser.

A segunda questão, a água. A água é um problema do Governo Estadual. Não! A água é um problema de todos nós. Hoje estamos na seca, amanhã vamos estar inundados. Embaixo d'água. Então precisamos pensar como pensa, não nem falar de Europa, Estados Unidos, vamos falar da América mesmo. Aqui na América do Sul, onde tem gelo, tem os rios secos esperando a degela. Assim quem vive. Vai a Mendonça, pode ver, em todas as cidades podemos ver esses rios. Precisamos dos rios secos também esperando a época das chuvas e com isso vamos aproveitar melhor essa água. É muito importante pensar nesses rios secos.

Outro assunto, você falou do crescimento de São Paulo, que hoje é 3.5, que para amanhã, em seis anos, para 16 anos. No momento em que resolver todos os problemas de habitação, falar: nossa, que delícia São Paulo está maravilhoso! Não é verdade. virão pessoas de toda parte do mundo, temos de estar preparados – como agora falaram, os haitianos que chegaram – temos de estar preparados que não vamos resolver tudo. E que a ZER demarcada dentro de um espaço, condena muita gente, e muitas vezes o proprietário. Vai precisar, do mesmo jeito de um decreto para poder desapropriar. Porque não tentar pensar em um jeito melhor, não sei qual, porque vamos precisar de várias pessoas pensantes para fazer. Mas talvez uma ZER virtual. Nessa zona vamos ter até 30m² para ZER, lá no Planalto Paulista, por exemplo, em tal área será 50 mil. É isso. Gostaria que fosse revisto ZERs como ser uma área virtual. ZER, como ser pensada, a cada uma dentro dos seus problemas existentes e os rios que poderiam em vez de ser piscinões, ser rios secos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a palavra o Sr. Costa.

O SR. COSTA – Uso o transporte público em São Paulo, ou o que gostaria de chamar de uma farsa. Quantos de vocês viram quantos ônibus que foram queimados ontem? Cinco, para mais. Diria que pela mobilização feita em São Paulo, obviamente um ônibus queimado é um prejuízo enorme para a população, mas considerando a baixaria que foi ontem, a palhaçada, pergunto: de onde vem essa manifestação e de onde vem toda essa agressão contra a população? Não é o motorista. Conversei com um motorista, hoje. Eles não sabiam que aconteceu essa reunião que demandaram essa greve. Eles foram forçados a fazer isso. como podemos resolver isso. Peço aos Srs. Vereadores para procurarem melhor em certos grupos, porque realmente, não devem estar dentro do grupo dos motoristas e da agência que os promovem, e os serviços e tudo mais. Realmente devem estar bem mais para cima. Esse tipo de greve, não posso dizer, é nada menos que um sequestro, um cárcere e coloca a população como refém. Porque você rouba o direito constitucional da pessoa de ir vir, a todo momento. Você causa um desrespeito, uma falta de consideração, é um crime contra o bem-

estar, à saúde, à segurança da população. É um crime contra o comércio, crescimento, prosperidade da população da cidade e do País. Todos nós estamos refém a essa manifestação. Esse tipo de manifestação apenas demonstra um crime contra a Nação e os cidadãos dessa Nação. Não demonstra nada mais. Quero saber, porque ontem o nosso prefeito disse que não sabia, ele não tinha como fazer nada sobre isso. É um absurdo. A pessoa que é regente de uma cidade, dizer que não tem controle nenhum sobre nada. Onde estamos? Não quero uma tirania, mas o que ele expressou ontem, é uma das maiores vergonhas que já vi em minha vida, de um representante público. Nada menos que o terrorismo contra essa Nação. Esse pessoal que estão fazendo isso é formação de quadrilha. Porque não estão sendo presos por isso. Todo mundo é preso por qualquer outra coisa, o cara que rouba uma bala, um pão porque está com fome, é preso. Porque esse pessoal não está sendo preso? Porque a CET não liberou o rodízio? Porque a CET não multa esse pessoal? Porque conseguiram parar a Faria Lima, Consolação, Rebouças, Paulista, tudo mais. Ontem, eu, para poder chegar na faculdade, o Metrô parava cinco minutos por estação. O que está acontecendo com São Paulo? Onde está a liderança. Reivindicar é um direito de todos, mas como provedor de serviço essencial a sociedade, você opta por negar certas liberdades de expressão, a paralisação do sistema de transporte é um egoísmo desmerecimento da profissão, assim como no sistema de saúde, educação, segurança, e política. Infelizmente, porque vocês optaram, vocês não tem. Optaram por não ter o direito de greve, assim como qualquer pessoa: em segurança, saúde e educação. Na vida para ter benefícios, tem de ter obrigações, mas nem sempre ambos, são igualmente, prazerosos. Certas escolhas são melhores que outras, infelizmente, quando você opta por um cargo de segurança, saúde, educação e política você reivindica esses merecimentos da população. Gostaria de saber porque o Secretário de Segurança Pública, não tem se expressado e na última reunião, ele não compareceu, onde está o pronunciamento dele em relação a isso também, a nossa segurança. A segurança de todos. Não só de todos vocês, mas como dos senhores também. Muito

obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Passo a palavra o Sr. Secretário.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Acho que surgiram várias questões muito interessantes aqui, só queria dizer que, mais uma vez, tenho repetido isso, mas o Plano Diretor, ele não encerra toda nossa discussão. Não encerra a política urbana municipal. Grande parte do que vocês trouxeram, desse desejo de que possamos ter outra instância de aprimoramento de cada um dos territórios dessa cidade, cada um dos setores que estão contemplados numa determinação genérica de uma zona, seja ZER, ZEIs, que seja, isso virá imediatamente, após o Plano Diretor. Estamos ansiosos para poder colocar na rua, a discussão participativa do zoneamento, enquanto tramita a discussão do PDE. A gente vem trabalhando insistentemente na metodologia do zoneamento, a nossa banda esta pronto, queremos ir para a rua com ela para discutir com vocês e dá prosseguimento para essas questões. É pertinente e esperamos poder superar a fase a contento do PDE, para que possamos nos aproximar dessas demandas legítimas de vocês, que agora não são mais no âmbito do genérico, dos grandes sistemas da cidade, mais vai dizer, como já disse, várias vezes, de como vou sair da minha casa para ir até a padaria. Isso é fundamental. Queremos chegar nisso. Vamos chegar nisso, e estamos preparado para a próxima etapa que será o zoneamento, tão logo se conclua o PDE. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Anuncio a presença dos Srs. Vereadores Natalini, Goulart. Passo a palavra ao nobre Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa tarde a todos. Vou procurar ser bem objetivo. Há um esforço nessa de não se politizar o Plano Diretor. Há um acordo, entre grande parte dos Srs. Vereadores, de que a disputa política não deve ser feita em cima do Plano Diretor, porque as gestões vão passar, todas, Mas o Plano Diretor, vai ficar e Cidade de São Paulo e nós vamos continuar vivendo nela. Temos de ter um esforço de pensar a cidade, estrategicamente, para além dos interesses específicos que nos movem agora. Seja, as pessoas que ocupam os

cargos públicos, sejam os moradores, os comerciantes, as pessoas que habitam e usam a cidade. Posto isso, não há como, nenhum segmento isoladamente, ser totalmente contemplado em seus pleitos. Haverá perdas e ganhos. Perdas específicas podem reverter em ganhos para o coletivo. Esse é o grande esforço de equilíbrio que tem de ser feito. Tenho acompanhado o nobre Vereador Nabil e a comissão de Política Urbana e há uma grande preocupação em integrar as dimensões social, ambiental e econômica em um plano equilibrado. Isso não significa, que todos os interesses serão contemplados. Como eu disse, provavelmente, não. Mas o esforço é que haja um equilíbrio ordenamento desses interesses de forma, que nos próximos 16 anos, 20 anos tenhamos uma cidade muito melhor.

Quero fazer dois comentários, apenas, em relação a questão das ZER e a questão que o nobre Vereador Paulo Frange colocou sobre cemitérios. Em relação as ZERs, há bons argumentos dos lados. Agora, independentemente os argumentos colocados há um consenso. Essas áreas precisam ser preservadas. Essas aéreas são essenciais para impermeabilização da cidade, são essenciais para o equilíbrio ambiental, qualidade de vida, e se nós olharmos, como foi dito aqui, o mapa térmico da cidade, exatamente na faixa das ZERs em que temos temperatura mais amenas na cidade. Agora, como contemplar isso com as demandas que foram colocadas aqui? Só há uma forma. Que toda e qualquer autorização de atividades comerciais, ou serviços as ZERs obedeçam, rigoroso, critério ambiental. Sabemos que atividades comerciais são atividades geradoras de tráfego, que isso vai descaracterizando bairro, bairro descaracterizado, acaba amanhã sendo objeto de verticalização, assim por diante. Se houver uma flexibilização em relação as ZERs, ela precisa obedecer critérios muito específicos. E o primeiro deles é se evitar um aumento da geração do tráfego nas ZERs. Isso será objeto de discussão lá para frente, como disse o Secretário, quando fomos discutira a Lei de Zoneamento, agora certamente, os planos de bairro vão tomar uma importância maior, fechamento de ruas, concentração das atividades de serviço, eventualmente de comércio em algumas ruas, apenas de ZERs. Essas discussões precisam ser feitas como estão sendo feitas

em planos de bairro. Levanto, isso, porque não adianta flexibilizarmos as ZERs e depois criarmos as condições da sua própria destruição. Precisamos garantir a flexibilização que nós precisamos para manter essas regiões.

Finalizando, o nobre Vereador Paulo Frange, corajosamente trouxe um assunto que vem aos poucos sendo discutido que é a função social dos cemitérios. Com todo respeito as religiões, nós temos acordar que os espaços do cemitérios são espaços importantes na cidade. São espaços fechados mal cuidados, e o cuidado dos cemitérios estão hoje, sobre a responsabilidade do serviço funerário. Os cemitérios, os espaços urbanos dos cemitérios são muito importantes para ficarem a cargos de serviço funerários. Levando em consideração que alguns cemitérios, reúnem as melhores obras de arte escultura que temos na cidade. como tornar os cemitérios um espaço de compartilhamento público e de qualidade espaços que possam adicionar qualidade de vida na cidade é um desafio que todos nós temos a obrigação de pensar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Passo a palavra o nobre Vereador Goulart.

O SR. GOULART – Bom dia a todos! Apenas para dizer algumas questões. Que diz respeito a ZER, temos de nos remeter a questão das ZER época em que formos discutir aqui o zoneamento, tem de ter um cuidado todo especial da preservação as poucas zonas estritamente residências que temos em São Paulo. Preocupa-me a discussão quanto à flexibilização para implantação de comércio em algumas áreas de ZER, pois sabemos como começa, mas não como termina. Vejo isso com preocupação.

Lutamos no Plano Diretor, no zoneamento em 2004 – por meu intermédio e de outros Vereadores – que algumas ZERs, no meu caso pela City Campo Grande, nós conseguimos impedir, ela estava sendo totalmente invadida por comércio.

No que diz respeito à prostituição existente em algumas regiões – Indianópolis e onde eu moro, próximo da Represa Guarapiranga, do Clube Santa Paula – temos de ter coragem para enfrentar e propor alternativas a esses nichos. A população, no caso do Planalto,

lutou até conseguir fechar o *Drive-In* Bolinha, que lá existia a 200 anos, achando que ele é que levava travecos e prostitutas para aquele local. O Bolinha saiu e continua acontecendo a mesma coisa, com o diferencial de que, em vez de fazerem no Bolinha, fazem na rua. Temos de ter a coragem e enfrentar a situação. Atrás do Clube Santa Paula, eu moro perto dali, é o dia e a noite inteira. Se houvesse a coragem de criar zonas de prostituição resolveríamos o problema, temos de encará-lo de frente. Coibir? Não há como.

Ontem estive numa reunião com a Superintendente do Serviço Funerário a respeito do problema dos cemitérios. Há uma miopia por aí, dizem que cemitério polui, que cemitério é isso e aquilo outro. Até os cemitérios verticais, que tomam todo cuidado no recolhimento do chorume, o chorume não desce, ele não existe, não polui. Se poluísse, se contaminasse o lençol freático, não haveria mais vida no planeta. Quantos bilhões de animais, de seres humanos que morreram e foram simplesmente enterrados? Outros até não foram, os bichos acabaram comendo os corpos por sobre a terra.

Estamos numa região, na zona Sul da cidade de São Paulo em que não há cemitério público. São seis meses trazendo corpos de pessoas, que morrem em Parelheiros, Cidade Adhemar, Santo Amaro para a Vila Mariana. Infelizmente, cuidamos disso todos os dias, ao morrer a pessoa que não tem túmulo, não querem que seja sepultado no Jardim São Luís. A cultura é que lá só é enterrado bandido, é uma realidade. É preciso que haja previsão para a construção de um novo cemitério na região de Cidade Adhemar; e a ampliação do Cemitério de Parelheiros. São coisas simples e precisamos tratá-las com muita coragem.

Há também o caso da São Benedito. Todos nós sabemos que precisamos enfrentar o caso de frente. Há consenso na Comissão de Política Urbana e na Casa, como um todo, para na revisão do zoneamento nós resolvermos definitivamente.

Era isso que tinha a dizer.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Vereador Goulart. Tem a palavra o Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Obrigado, Vereador Nabil. Quero dizer aos presentes, aos Colegas, ao Secretário que votei favoravelmente no Plano Diretor de 2002. Houve grande participação, nós participamos, apresentei mais de 300 emendas e muitas foram aproveitadas.

Em 2004, eu já tive dificuldade em votar o Plano, pois na madrugada da votação apareceram 13 emendas totalmente fora de propósito, as quais foram incluídas e aprovadas em plenário. Era líder de mais sete Vereadores, não votamos contra nem a favor, retiramos o paletó, a gravata, saímos do plenário em protesto contra aquele processo, que atropelou toda situação democrática da discussão do PDE.

Em 2007, quando se retomou a discussão do Plano Diretor, eu vinha acompanhando. O Presidente da Comissão era o Vereador Apolinario e o relator era o Vereador Police Neto. Estive em muitas reuniões, em muitas, participei até que houve a decisão judicial de retirar o Plano da Câmara.

Agora o Plano voltou e eu estou com dificuldade, embora queira votar favorável, pois há no Plano algumas questões - em minha opinião – que são fundamentais. Se não houver flexibilização ou mudança, fica difícil de eu aprovar o Plano da maneira como está feito. Parece-me que são condições muito fortes, e fica difícil serem mudadas. Não vou discuti-las, mesmo porque não há tempo. Enfim, há todo um acúmulo de discussão.

Amanhã faremos a segunda rodada de conversas sobre o Plano Diretor. Haverá um grande número de técnicos, as pessoas estão convidadas, as reuniões são abertas. Será no Plenário 1º de Maio, 13h.

Queria então pedir ao Secretário, se posso ir lá conversar com o senhor, junto com o Vereador Nabil e os demais que quiserem ir, para eu apresentar ao senhor os nossos questionamentos básicos, os quais estão dificultando chegarmos na reta final e eu poder votar no Plano Diretor. Caso não haja mudança nessas questões, como no cálculo de suporte; a

maneira como estão sendo aprovados os reestruturantes que, em minha opinião, dará ao Prefeito a possibilidade de retirar as operações urbanas de dentro da Câmara, não há como votar. Na verdade, são verdadeiras operações urbanas, e vamos aprová-las num pacote, não mais uma a uma. Há também mais questões, não vou detalhar todas, esse assunto é extenso.

Então, se o senhor pudesse, ao término da reunião, marcar uma audiência, na verdade, o senhor é o representante do Governo nesse assunto, junto com o relator do Plano e mais alguém que queira ir, algum Vereador que se disponha, para eu poder apresentar as dificuldades que nós temos. Sou um voto só, não sei como vai ser. Obviamente, o Governo deve ter maioria para aprovar. Agora, para eu votar preciso estar pelo menos... Em 2004, não conseguimos votar devido aquele assunto. Hoje as questões são outras.

Fica registrada a minha solicitação, Secretário. Sei que o senhor poderá nos receber para que possamos, rapidamente, antes da finalização do processo, conversar e eu apresentar ao senhor as questões que estão nos deixando preocupados com a segunda discussão do PDE.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Vereador Natalini. Tem a palavra o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vou tentar ser breve. Não quero polemizar, mas quero extrair o máximo de todas as falas e das intervenções dos Vereadores e do Secretário.

O esforço quanto ao diálogo de uma parte da cidade dotada de infraestrutura, com capacidade de diálogo, é onde o diálogo está difícil, e talvez saiam as principais soluções das quais a cidade precisa. Creio muito na capacidade de diálogo com aqueles que detêm atividade econômica nas zonas de centralidade linear, lindeira às ZERs, com aqueles que são moradores em ZERs. Não tenho dúvida, para isso a sociedade produzirá entendimento e nós vamos apenas escrevê-lo. Tenho essa tranquilidade.

Mas quero apontar aspectos em que os atores não estão presentes, e não

conseguem se manifestar com os senhores. Então, construir um plano em que as partes se falam, é fácil. Por isso farei um esforço naquilo em que o Secretário foi preciso ao dizer, que a cidade precisa se reequilibrar. Se a cidade crescer menos do que historicamente cresce, nós estamos tento, portanto, a primeira oportunidade de fazer um reequilíbrio. Está entregue a Câmara, pela primeira vez, a responsabilidade de produzir equilíbrio numa cidade que nunca o teve. Por isso a insistência de termos um volume de informação maior para a decisão a ser tomada.

Quando insistimos na discussão quanto ao cálculo do suporte não é porque esperamos novos moradores, é para reequilibrar a disposição das pessoas pela cidade e assim terá algum critério. E para tanto já temos uma cidade com uma infraestrutura instalada e outra que virá. A cidade será tão ou mais competente quando tiver de gastar menos em estrutura para melhor acomodar. A cidade vai ser menos cara e mais eficiente. Estamos discutindo como podemos reequilibrar a cidade não com vultosos investimentos, mas com parte do que já foi feito e com os que serão realizados. Essa é a questão do reequilíbrio com competência e inteligência.

Outro aspecto é tentarmos traduzir os 140 milhões de metros quadrados de ZEIs-1 já existentes, que, portanto, nos obrigarão a uma estrutura, e como já produziram parte da cidade, receberão essa estrutura de maneira mais organizada. Assim é para tentarmos estabelecer, dentro dos 16 anos em que o Plano atuará, com os 30 milhões de metros quadrados, que são a grande diferença dos 140, portanto, que é onde teremos novas habitações em especial para interesse social. Essa inovação permitirá o aproveitamento da estrutura existente, o que estamos programando para a consolidação desses 140 milhões de metros quadrados onde se distribui 3 milhões dos nossos habitantes. Esse esforço me parece fundamental para o reequilíbrio que o nosso Secretário nos trouxe. É lógico que a forma como é consolidado sugere, sim, novos adensamentos, novas centralidades.

Não consigo deixar de reconhecer que, nos últimos dez anos, nasceu uma nova

centralidade, o Distrito Anhanguera, ele não existia antes do Plano, ele é absolutamente recente. Pega um período em que a cidade não teve grande fluxos migratórios, mas uma distribuição intensa. Uma população inteira da zona Sul saiu e foi morar no Caiuba. Lá houve a realização de uma promoção habitacional pública e, portanto, parte da cidade, que morava em favelas da zona Sul, foi morar em apartamentos na zona Noroeste. Parte da população que estava no Butantã, morando em favelas, acabou por se acomodar em muitas das áreas produzidas pelo movimento habitacional do Deputado Marcos Zerbini, na zona Noroeste. E muitos outros assim aconteceram.

Então, para que seja verdade o reequilíbrio, precisa naturalmente ter sim a orientação do Plano, mas também anunciar o que a atual estrutura suporta, e a promoção de novos espaços, de novas centralidades que teremos de providenciar. Isso é para conseguir ter um voto absolutamente convicto dos 40, 50 parlamentares que estarão em plenário votando o Plano. Aqui não é duvidar da nossa competência, é o inverso. É acreditar que somos capazes de bem orientar o desenvolvimento da cidade e de que todos vão acreditar na boa orientação que o Parlamento vai dar.

Obrigado, Sr. Relator.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Quero fazer duas observações sobre o processo. Hoje ficou bastante evidente a discussão, já tratada por vários Vereadores, pelo Secretário, das zonas lindeiras às ZERs, quanto à importância do processo seguinte.

Temos então de encontrar uma redação, em conjunto com os interessados, que remeta a discussão para a especificidade dos Planos Regionais e dos planos de bairro, onde sejam preservados os elementos fundamentais, que até dialogam com as diretrizes gerais do Plano. As diretrizes gerais do PDE buscam reduzir a dependência da população do automóvel, propor o uso mais racional do automóvel. Acho que há necessidade de ser trabalhado, e a regras gerais devem permitir que as especificidades de cada plano sejam contempladas,

evidentemente respeitando, garantindo a proteção das características paisagísticas e urbanísticas da ZER, inclusive quanto à recuperação.

Vejam bem, quando falaram da ZER, das cities, elas têm um padrão paisagístico invejável, é pelo tamanho do lote, pela história da sua constituição. Também temos outras áreas exclusivamente residenciais que não têm os mesmos atributos, e seria importante que tivessem para que fossem recuperadas e criadas condições. Aliás, não só na ZER. Diria que essa preocupação deveria também estar nas zonas mistas.

Do meu ponto de vista, o art. 13 quando fala de manutenção da ZER – cheguei a dar uma redação, mas retrocedeu no substitutivo – é quanto à questão da manutenção das características paisagísticas e urbanísticas da ZER. Esse é o objetivo que se tem. Também garantir a questão de que todas as zonas residenciais possam ter, numa certa distância, algum polo, um centro de serviço de caráter local. A Dora – acho – foi muito feliz quando trouxe essa questão, é uma prestação de serviços aos moradores de ZER.

Aliás, para quem conhece a história do bairro Jardins, em São Paulo, na concepção original da City sempre esteve previsto um centro de serviço. Quem conhece o Jardim Europa, por exemplo, aquele centrinho em que está o Bolinha, o antigo Pandoro, a Mercearia São José, que não existe mais - isso é para quem é antigo morador da região, não há mais mercearia com esse caráter - ela ficava ao lado do Pandoro, e lá estava para servir as pessoas que moravam no Jardim Europa. Assim como hoje, a origem da Gabriel Monteiro da Silva, é o Pão de Açúcar, são os barzinhos por ali, aquele era o núcleo do Jardim Paulistano, e está dentro da concepção original do projeto, um centro de comércio. Temos então de dar uma boa redação e remeter aos planos de bairro.

Não posso deixar de me referir também a sua fala. Deixo claro que o Plano Diretor trata de um conjunto de questões urbanísticas, e não é o local para discutir duas questões importantes para a cidade, fundamentais, e sei que não estamos bem em relação a isso, que é de um lado, a Gestão Orçamentária; de outro, a gestão da cidade quanto à centralização, etc.

O Plano Diretor, dentre seus objetivos, tem como princípio a gestão democrática da participação, de todos os instrumentos específicos do planejamento urbano, traz instâncias participativas, como: o Conselho de Política Urbana; a Comissão Técnica de Legislação Urbanística; todos preveem a participação popular, todos os instrumentos são considerados participativos. Mesmo que trouxesse a questão do Orçamento Participativo de uma maneira detalhada, não seria considerado, pois é lei que não trata de assuntos tributários e orçamentários. No entanto, acho que é possível – apenas para não deixar de responder as questões levantadas – no art. 186, que trata do Sistema Municipal de Planejamento, é pressuposto que todos os planos – Plano Plurianual, Programa de Metas e todo resto – sejam feitos de maneira participativa. Mas se der mais conforto que seja colocado um parágrafo dizendo que todos os instrumentos devem ser realizados de maneira participativa, pois é possível colocar. Assim como é possível colocar no art. terceiro ou quarto, que trata dos instrumentos gerais de planejamento, fazer referência ao processo participativo. Isso já é assim e assim deve ser feito. Essas são questões que, às vezes, redundam-se para deixar mais tranquilo, assim não estamos deixando de considerar. Em nenhum momento estamos deixando de dizer que não se deva fazer Orçamento Participativo no Município. Tivemos aqui um Plano de Metas em que foram feitas reuniões em todas as subprefeituras, também devolutivas, etc. Tudo isso está bastante contemplado.

Quero fazer também uma referência – Antonio – sobre a outorga onerosa, sobre o seu custo. A Secretaria – e o Fernando não teve tempo de fazer – fez estudos para que tenhamos outorga onerosa que dê retorno, a cidade precisa desse retorno. Estamos avançando com o coeficiente 1, em vários aspectos avançamos, mas é necessário que haja retorno de recursos. O processo de ocupação da cidade exige a contrapartida do empresário para que possa fazer frente às necessidades de urbanização, até mesmo na conta do adensamento que foi gerado. Evidente que o custo, que foi, de fato, elevado, a proposta do substitutivo eleva o custo da outorga, coloca um valor de referência mais próximo do valor de

mercado, mas que não elimine o equilíbrio econômico desses empreendimentos. Os empreendimentos desde que desejáveis; os que não são podem ficar mais caros, ficariam desestimulados, mas que o desejáveis fiquem em patamar de equilíbrio, que não sejam inviabilizados, que gerem retorno, gerem contrapartida compatível com a necessidade que a cidade tem de investimentos. É esse o equilíbrio que se deseja obter. O substitutivo realmente elevou o valor, mas buscaremos o ponto de equilíbrio para que se evite uma situação desequilibrada para a ação do mercado imobiliário, que terá de pagar a contrapartida.

São esses os comentários.

Antes de encerrar, convido a todos para duas audiências públicas já marcadas do Plano Diretor. Uma será hoje, às 19h, conjunta com as Comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Saúde; e Educação e Cultura. Outra amanhã, às 9h, conjunta com as Comissões de Política Urbana; Administração Pública; e Finanças e Orçamento.

—
Dessa maneira, fazemos com que todas as comissões participem das audiências públicas relativas ao Plano Diretor Estratégico.

Sem mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência pública referente ao PL 688/13 – Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Obrigado.